



Um planeta sem fronteiras

Criação de um pilar da política de migração

Livro Branco

Task Force DiEM25 para a Política de Migração

novembro de 2024

Índice

Lista de abreviaturas _____	1
Prefácio _____	2
<i>Sobre os pilares da política</i> _____	3
Uma política de migração alternativa _____	4
<i>Uma crise em formação: Consequências do fracasso político</i> _____	4
<i>A hipocrisia governa as regras - O humanitarismo seletivo da Europa</i> _____	5
Instrumentos de opressão: A traição da UE aos direitos humanos _____	6
<i>Resposta política - Criar um quadro de migração humano</i> _____	8
Marginalizados e explorados: A Realidade dos Migrantes na Europa _____	11
<i>Resposta política: Salvaguarda dos direitos e da dignidade dos migrantes</i> _____	13
Comunidades de acolhimento sob pressão: Satisfazer as necessidades das comunidades locais _	15
<i>Resposta política: Capacitação conjunta das comunidades de acolhimento e dos migrantes</i> _____	16
A Mão Invisível da Oligarquia: Os factores estruturais da migração forçada _____	18
Colonialismo, Neo-Colonialismo e Imperialismo: Moldar a paisagem da migração _____	18
<i>Resposta política: Descolonizar a migração</i> _____	20
Práticas comerciais injustas: Exploração económica e migração _____	22
<i>Resposta política: Acabar com as estruturas de exploração</i> _____	23
Injustiça climática: Os factores ambientais que provocam a deslocação _____	26
<i>Resposta política: Abordar as desigualdades climáticas na migração</i> _____	28
Cumplicidade no autoritarismo: O apoio da UE aos ditadores _____	30
Lucrar com o conflito: O comércio de armas e o seu impacto _____	30
<i>Resposta política: Acabar com a cumplicidade no autoritarismo e na exploração de conflitos</i> _____	32
Unir-se por uma política de migração justa e digna _____	34
Bibliografia selecionada _____	34

Lista de abreviaturas

PAC	Política Agrícola Comum
CRM	Matérias-primas críticas
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
AEA	Agência Europeia do Ambiente
EGD	Pacto Ecológico Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimento
EJC	Comissão de Justiça Ambiental
APE	Acordo de Parceria Económica
ESRA	Agência Europeia de Busca e Salvamento
ETS	Sistema de Comércio de Emissões
UNIÃO EUROPEIA	União Europeia
FRONTEX	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
ACL	Acordo de Comércio Livre
GEE	Gases com efeito de estufa
GNDE	Novo Acordo Verde para a Europa
TPC	Obras Públicas Verdes
FMI	Fundo Monetário Internacional
ISDS	Resolução de litígios entre investidores e Estados
GNL	Gas natural liquefeito
MEM	Materiais Minerais e Energéticos
MNC	Empresas Multinacionais
EM	Estados-Membros
PESCO	Cooperação Estruturada Permanente
UCS	Sanções Coercivas Unilaterais
BANCO MUNDIAL	Banco Mundial

Prefácio

O DiEM25 é um movimento pan-europeu de democratas, unidos sob a convicção de que uma Europa democratizada e não alinhada será uma força positiva no nosso planeta. Uma Europa que é capaz de dar prioridade às pessoas sobre o lucro, à vida sobre a morte, à saúde sobre a riqueza. Esta transição tem de ser feita já! A migração é frequentemente retratada como uma crise, mas não são os migrantes que criam as crises; pelo contrário, são a consequência direta da turbulência política, económica e ambiental. Estas forças desestabilizadoras são frequentemente alimentadas por políticas da Europa e do Norte Global que dão prioridade ao lucro em detrimento das pessoas, levando à deslocação e ao desespero de inúmeras pessoas. É tempo de confrontar estas realidades e reformular a nossa abordagem à migração com justiça, equidade e responsabilidade.

Este documento apresenta a visão abrangente do DiEM25 para uma política de migração humana e equitativa, enraizada nos princípios da solidariedade, sustentabilidade ambiental e anti-imperialismo.

A nossa política procura dismantlar as estruturas de exploração que impulsionam a migração forçada, promovendo o comércio justo, a justiça climática e a responsabilidade democrática em todos os aspectos da governação da migração. Apelamos à Europa para que lidere com compaixão, honre os direitos e a dignidade de todas as pessoas e apoie políticas que capacitem tanto os migrantes como as comunidades de acolhimento.

Temos um dever legal, moral e histórico para com os nossos concidadãos que procuram migrar para a Europa, a eles dizemos: bem-vindos! E aos europeus que os acolhem, dizemos: saudamos-vos e apoiamos-vos! A nossa humanidade comum une-nos mais do que nos divide!

É, pois, vital ultrapassar a falsa distinção entre migrantes políticos/económicos e refugiados, que conduz a políticas discriminatórias, priva as pessoas de capacidade de ação e obriga-as ao subemprego e à exploração.

Através deste quadro político, o nosso objetivo é transformar a abordagem da Europa em relação à migração:

- Reconhecer e abordar os impactos históricos e actuais do colonialismo, da degradação ambiental e da exploração económica.
- Dar prioridade a políticas que apoiem o desenvolvimento equitativo e reduzam a dependência no Sul Global, quebrando os ciclos de pobreza e migração forçada.
- Garantir que todos os indivíduos, independentemente da sua origem, sejam acolhidos com dignidade e que as políticas de migração reforcem, e não prejudiquem, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental.

Sobre os pilares das políticas

O desenvolvimento de políticas faz parte do nosso ativismo no DiEM25. Apresentamos mecanismos políticos alternativos que têm como objetivo trabalhar para muitos e não para poucos. Estas políticas são mais do que ideais; elas oferecem caminhos práticos para a mudança sistémica. As nossas posições estão alinhadas com o nosso [Manifesto](#) e são desenvolvidas através de uma abordagem participativa que envolve os nossos membros e especialistas na matéria.

Para alcançar a nossa visão, formamos alianças com comunidades locais, organizações transnacionais e movimentos de base, desafiando estruturas de poder enraizadas. Os nossos partidos políticos, [MERA25's](#), localizam estas ideias políticas e disputam eleições importantes para dissipar o mito de que "Não há alternativa".

As propostas do presente documento são ambiciosas porque devem corresponder à dimensão das crises que enfrentamos. As reformas incrementais têm sido repetidamente insuficientes para resolver as causas profundas dos desafios críticos que a humanidade enfrenta. O presente documento, [juntamente com os nossos outros pilares políticos](#), apela a uma ação transformadora assente num compromisso com a dignidade humana, a prosperidade partilhada e a solidariedade além-fronteiras.

Estas políticas desafiam os interesses geopolíticos e económicos enraizados da Europa, reconhecendo que a verdadeira segurança e prosperidade não se constroem com base no domínio ou na exploração, mas na justiça. Os interesses a longo prazo da Europa residem num mundo definido pela paz, pela cooperação e pela responsabilidade partilhada. Ao adotar políticas justas e responsáveis, a Europa tem a oportunidade de dar o exemplo e promover a resiliência global.

Já existem vias práticas para a implementação. O lançamento de iniciativas locais, tais como o reforço das comunidades de acolhimento, a facilitação de projectos liderados pela comunidade e o apoio a cooperativas de trabalhadores, pode produzir resultados imediatos e escaláveis. Em tempos de incerteza económica, ambiental e geopolítica, o poder da colaboração comunitária pode criar resiliência, promover a solidariedade e reforçar os laços dentro e fora das fronteiras. Este documento oferece à Europa um caminho para redefinir o seu papel global, ultrapassando as estruturas de exploração em direção a um futuro assente no bem-estar coletivo e na paz.

Para mais correspondência, contactar policy@diem25.org

Uma política de migração alternativa

O DiEM25 propõe uma abordagem holística da migração que garanta às pessoas os seus direitos, aborde as causas profundas da migração forçada, resolva os defeitos estruturais e vise a elevação socioeconómica das comunidades de acolhimento em toda a Europa. Isto exige a aceitação da plena responsabilidade para com os nossos semelhantes, o que constituiria uma base política clara para a coexistência de todos. A circulação de pessoas é parte integrante da história da humanidade e constitui uma oportunidade para pensar para além das perspectivas nacionais limitadas e das políticas identitárias que fomentam o medo.

Os migrantes forçados não devem continuar a ser apresentados como vítimas passivas ou criminosos que também roubam empregos. Devem ser centrados como actores políticos que questionam a injustiça e a disfunção da atual ordem mundial. Devemos ter sempre presente a nossa visão internacionalista e as nossas obrigações morais para com todos os que procuram as nossas costas e facilitar a instalação dos nossos semelhantes entre nós, tal como no passado nos deslocámos às suas costas - e poderemos voltar a fazê-lo, dada a rápida aproximação de uma calamidade climática que atingirá duramente a Europa.

Uma crise em formação: Consequências do fracasso político

A percentagem de refugiados na Europa, em comparação com a sua população total, é de apenas 1,5%. No entanto, estamos a enfrentar uma crise: financiar uma agência fronteiriça FRONTEX que controla os afogamentos no Mediterrâneo; acolher campos de refugiados sem água corrente na Grécia; deslocalizar os pedidos de asilo em violação do direito internacional. A lista continua. A União Europeia - incapaz de se unificar em torno do seu dever humanitário - optou por um caminho político aleatório: dividir a humanidade entre aqueles que queremos e aqueles que rejeitamos.

Aqueles que fogem da invasão russa da Ucrânia têm direito a refúgio, autorização para trabalhar e acesso a cuidados de saúde e educação. Em contrapartida, os que estão fora da Europa enfrentam enormes riscos para chegar ao continente e não é feita qualquer referência às causas profundas da sua fuga. Não são feitas declarações sobre as armas europeias que destroem a vida no Médio Oriente. Não há comentários sobre o apoio constante a ditadores em todo o mundo. stNão se reconhece o colonialismo e as suas estruturas persistentes no século XXI. Nenhum reconhecimento do nosso papel na criação de refugiados climáticos. Não é feita qualquer ligação às relações comerciais injustas. O papel da Europa na criação das condições que obrigam as pessoas a abandonar as suas casas é frequentemente ignorado, mas está profundamente enraizado num sistema que dá prioridade ao lucro, à extração de recursos e ao controlo geopolítico em detrimento do bem-estar humano e da sustentabilidade ambiental.

A Europa considera que a migração do Sul Global desestabiliza a modernidade e mina as suas ideias fundamentais sobre a nação e o nacionalismo, a identidade, a sociedade civil, a soberania e a cidadania. Trata os refugiados e os migrantes como suspeitos e utiliza medidas antiterroristas - vigilância e controlo, biometria e recolha de dados - contra eles. As suas outras defesas fundamentais incluem a exclusão

(muros, detenção e deportação) e a externalização das fronteiras, ignorando a sua responsabilidade de busca e salvamento. A militarização, as novas tecnologias, o bombardeamento autoritário, a criminalização da desobediência civil e a solidariedade são também elementos essenciais. A União Europeia continua a "gerir" cegamente a crise e a instrumentalizar a migração forçada para seu próprio benefício político.

A hipocrisia rege as regras - O humanitarismo seletivo da Europa

A guerra na Ucrânia pôs em evidência o racismo e a duplicidade de critérios endêmicos nas nossas estruturas europeias. Confrontadas com milhões de refugiados europeus brancos e cristãos, permitiram contornar o pesado sistema de asilo e concederam aos ucranianos o refúgio de que necessitavam. Todos os Estados-Membros prestam solidariedade e reinstalação sem dramas. Igualmente importante, estes refugiados estão a ser retratados como educados, inteligentes e cultos, as suas identidades e passado são inquestionáveis e não são estereotipados como potenciais terroristas ou infiltrados. Não existe qualquer nevoeiro de distância ou sentimento de alteridade: Os ucranianos são brancos e europeus. O contraste com as pessoas de cor, que conseguiram fugir da Ucrânia, não podia ser maior. Foram impedidas de entrar nos comboios de evacuação, segregadas, obrigadas a esperar dias na fronteira e, por vezes, empurradas para trás. Os que conseguiram chegar à União Europeia enfrentaram obstáculos maiores; as suas autorizações foram questionadas e foram obrigados a regressar aos seus países de origem.

Para os que estão fora da Europa, aguarda-os um regime securitizado, no qual já são criminalizados. Os políticos e os meios de comunicação social utilizam as suas plataformas para demonizar os que procuram refúgio na Europa. Os migrantes de cor que, contra todas as probabilidades, chegaram à Europa, começam outra viagem para navegar num sistema de asilo alienante. Começa uma vida quotidiana de confinamento e oportunidades limitadas de trabalho e educação. Os que têm a sorte de obter asilo - normalmente após meses ou mesmo anos de espera - vêem o seu alívio durar pouco tempo. Trabalho, habitação, educação, saúde - de facto, vida! - continuam a ser escassos. A hipocrisia não podia ser mais clara. Políticas de migração da Europa são manifestamente racistas. As acções da Europa revelam um quadro político orientado por ganhos económicos e interesses de segurança, muitas vezes à custa dos próprios valores que afirma defender. Ao militarizar as suas fronteiras, ao alimentar conflitos no estrangeiro e ao apoiar déspotas no Sul Global, a Europa perdeu toda a credibilidade enquanto defensora dos direitos humanos e da democracia. A Europa lucra com as guerras e os conflitos que obrigam as pessoas a fugir, para depois lhes recusar a entrada quando chegam em busca de segurança. A Europa lucra com as próprias forças que impulsionam a deslocação - comércio desigual, extração de recursos e apoio ao controlo geopolítico hegemónico - e, no entanto, afasta as pessoas afectadas por estas práticas.

Instrumentos de opressão: A traição da UE aos direitos humanos

As questões relacionadas com os requerentes de asilo e a migração são uma "competência partilhada" na União Europeia e, por conseguinte, estão sujeitas a instrumentos políticos que se sobrepõem. No entanto, estes estão a ser harmonizados através do Novo Pacto sobre Migração e Asilo. Isto inclui:

- Regras uniformes para o controlo dos nacionais de países terceiros:
 - Aumento das taxas de detenção, uma vez que o tempo previsto para o rastreio é demasiado curto - 7 dias.
 - Diminui a aplicação dos direitos humanos, uma vez que trata as pessoas que chegam como "não tendo entrado na UE", apesar da sua presença física no território da UE - a chamada "ficção jurídica de não entrada".
- Criar uma base de dados comum de informações biométricas para os nacionais de países terceiros com idade igual ou superior a 6 anos.
- Simplificar os procedimentos relacionados com as fronteiras, os pedidos de asilo e os regressos, nomeadamente
 - Legalização da discriminação com base na nacionalidade: os procedimentos de fronteira serão aplicados às pessoas provenientes de países com uma taxa de reconhecimento da proteção internacional inferior a 20%, às pessoas provenientes de "países de origem seguros" ou de "países terceiros seguros", por razões de segurança nacional e/ou por retenção de informação. Assim, estas pessoas são mantidas em regime de detenção com menos garantias e acesso a apoio jurídico do que no "procedimento normal de asilo".
 - Acelerar a deportação: a apresentação de um recurso contra uma deportação não interrompe o processo. Assim, um requerente de asilo pode ser deportado enquanto o seu recurso está a decorrer.
 - Punir os vulneráveis: As famílias com crianças não estão isentas do procedimento de fronteira. Isto significa que podem ser mantidas em detenção durante longos períodos enquanto aguardam o seu processo.
- Estabelecer um mecanismo de solidariedade para equilibrar as responsabilidades em toda a UE. Assim, ao abrigo do Regulamento sobre a Gestão do Asilo e da Migração (RAMM), a UE pretende
 - Manter o princípio do primeiro país de entrada, o que significa que os Estados-Membros da linha da frente da UE continuarão a suportar o peso das chegadas, agravando as já desastrosas "instalações" de acolhimento nesses países.

- Comodificar a solidariedade dos países não fronteiriços que pagam para um fundo da UE em vez de aceitarem requerentes de asilo. Este fundo, por sua vez, poderia ajudar a pagar os muros, as vedações e a tecnologia de vigilância das fronteiras.
- Separar as famílias, excluindo os irmãos das protecções normalmente concedidas através do reagrupamento familiar.
- Introduzir derrogações temporárias em caso de "crise" que permitam aos Estados-Membros violar à vontade as obrigações internacionais.

Todas estas intervenções políticas nada fazem para eliminar as preocupações existentes - desde o sistema de hotspots falhado até ao abuso sistemático dos direitos humanos sob o olhar atento da FRONTEX. Esta última, de facto, tem assistido a enormes aumentos orçamentais - uns impressionantes 2763% desde a sua fundação em 2006 - e tem sido um viveiro de lobbies empresariais ávidos de vender sistemas de segurança e vigilância para "proteger" ainda mais a Europa. Desde drones e recolha de dados biométricos a imagens de satélite e inteligência artificial, estas tecnologias formam uma sofisticada rede de vigilância que segue e restringe a circulação de migrantes. Desenvolvidas por empresas de defesa europeias, estas tecnologias são frequentemente vendidas a regimes opressivos, onde são utilizadas para monitorizar, deter e oprimir tanto cidadãos como migrantes. A adoção destas ferramentas pela Europa alinha-se com uma abordagem que dá prioridade à segurança e que criminaliza a migração, tratando as pessoas necessitadas como ameaças e não como indivíduos com direitos e dignidade.

A sociedade civil tem sido crítica em relação ao Novo Pacto sobre Migração e Asilo. Organizações de direitos humanos, instituições de caridade, académicos e activistas denunciaram a desumanidade deste pacote político e apelaram a uma reconsideração urgente dos seus componentes.

A história, infelizmente, indica que a União Europeia está determinada a manter o "jardim" a salvo da "selva". Como testemunhámos em 2015, a UE designou as ilhas gregas do mar Egeu como pontos críticos para a detenção obrigatória e indefinida de migrantes. Atenas expandiu as suas instalações de detenção e construiu um muro, baseado no modelo de Melilla, no rio Evros para endurecer a sua fronteira com a Turquia, com quem a UE tem um acordo de externalização desde 2016. A Hungria construiu uma vedação de segurança e fechou a sua fronteira com a Sérvia; atualmente, detém migrantes por tempo indeterminado em zonas de trânsito. Foram também impostos controlos nas fronteiras internas, construídos muros ou recusados refugiados no âmbito de planos de redistribuição por: Áustria, Bulgária, Chéquia, Alemanha, Polónia, Eslováquia e Eslovénia. A Croácia recebeu 100 milhões de euros da UE em 2018 para patrulhar a sua fronteira externa mais longa. Mesmo agora, milhares de pessoas continuam retidas no campo de Vucjak, na Bósnia, um local infestado de serpentes, cheio de minas terrestres, sem eletricidade ou saneamento e construído sobre uma lixeira química que emite metano.

Outra inovação política foi a continuação da externalização para o Norte de África e o Sahel. Não estamos apenas a assistir a uma maior militarização das fronteiras nessas regiões, financiada e dirigida pela UE, mas também a uma externalização do tratamento dos pedidos de asilo para esses locais.

Desde 2015, ao ameaçar com cortes na assistência, a UE tem subjugado a Etiópia, o Níger, Marrocos, o Senegal e o Sudão - por vezes contra a vontade dos seus próprios povos. As negociações secretas têm cegado a sociedade civil e muitos africanos continuam a desconhecer as acções dos seus governos ao serviço da UE. Apesar da retórica, é a externalização que força os migrantes a cair nas mãos dos contrabandistas para passarem os postos de controlo, atravessarem as fronteiras e as vedações, escaparem às prisões e, por fim, embarcarem em pequenos barcos perigosos.

Assim, a UE prefere - por uma questão de política - enviar os detidos capturados na Líbia para centros de processamento de trânsito em todo o Sahel, principalmente no Níger, que aboliu a liberdade de circulação e tornou o transporte de migrantes um crime. A externalização da Europa na Argélia fechou as suas fronteiras até aos seus próprios cidadãos e impediu os africanos ocidentais e centrais de entrarem na Líbia: os funcionários obrigam-nos a atravessar o deserto até ao Níger. Esta é uma tragédia largamente desconhecida que a UE está a criar: morrem duas vezes mais pessoas no Sara do que no Mediterrâneo, enquanto os contrabandistas, cujo negócio também financia o terrorismo, enriquecem.

O círculo da externalização vai mais longe. A Tunísia viu-se obrigada a criminalizar as tentativas de emigração para a Europa sem documentos válidos. A República Democrática do Congo introduziu passaportes biométricos de 160,00 euros, inportáveis para a maioria, produzidos por um consórcio árabe-belga. O Sudão constrói novos postos fronteiriços e Marrocos aceita deportados, mesmo que não sejam cidadãos. O Egito envia soldados para bloquear as rotas migratórias, enquanto o Senegal permite que oficiais europeus assumam o comando. Na África Ocidental, a política da UE de reforço dos controlos nas fronteiras dos membros da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) perturba a migração sazonal e circular, viola o Protocolo da CEDEAO sobre a livre circulação e alimenta os abusos e a extorsão por parte dos guardas de fronteira. Esta política atrasa o desenvolvimento e enfraquece os mecanismos económicos de resposta.

Resposta política - Criar um quadro de migração humano

- **Acabar com a externalização das fronteiras da União Europeia:** Pôr termo aos acordos de controlo da migração da União Europeia que externalizam a aplicação das fronteiras a regimes autoritários, incluindo, entre outros, os acordos de migração UE-Turquia, UE-Sudão, UE-Tunísia e UE-Líbia. Esta política garante que a Europa assume a responsabilidade direta pela defesa dos direitos humanos e põe fim à sua cumplicidade com os abusos cometidos por Estados terceiros, mudando o enfoque da contenção para a cooperação e a dignidade.
- **Transformar a FRONTEX numa Agência Europeia de Busca e Salvamento (ESRA):** Substituir o mandato militarizado da FRONTEX por uma missão humanitária, redefinindo-a como Agência

Europeia de Busca e Salvamento. A ESRA centrar-se-ia em salvar vidas de migrantes no mar e em terra, proporcionando aos refugiados uma passagem segura através de corredores humanitários e defendendo o compromisso da UE para com os direitos humanos. Esta alteração promove a segurança, transfere os recursos da exclusão para a proteção e posiciona a Europa como líder na política de migração humanitária.

- **Abolir as leis de deportação e detenção, especialmente para os grupos vulneráveis:** Acabar com as políticas que permitem a deportação e a detenção administrativa de migrantes, com especial ênfase na proteção dos grupos vulneráveis. Aproveitar as disposições existentes na UE para emitir vistos humanitários diretamente nos países de origem ou de refúgio, incluindo para as pessoas afectadas pelas alterações climáticas. Esta abordagem respeita a dignidade dos migrantes, facilita vias seguras para os que procuram refúgio e alinha-se com o compromisso da Europa para com os direitos humanos.
- **Reduzir os obstáculos ao reagrupamento familiar dos migrantes:** Simplificar os procedimentos administrativos para o reagrupamento familiar, especialmente para as crianças, e eliminar os requisitos linguísticos rigorosos que muitas vezes impedem as famílias de se juntarem aos seus entes queridos. Esta política reforça a integridade da família, protege os indivíduos vulneráveis e sublinha a importância da unidade familiar na política de migração.
- **Aumentar a proteção das crianças e dos menores não acompanhados que procuram asilo:** Garantir que as crianças e os menores não acompanhados tenham acesso imediato a serviços essenciais, incluindo a educação, os cuidados de saúde e o reagrupamento familiar na Europa. Dar prioridade à segurança, ao desenvolvimento e à integração destes indivíduos nas comunidades de acolhimento, estabelecendo a Europa como protetora dos direitos e do bem-estar das crianças.
- **Reforçar os quadros de localização e proteção das vítimas de tráfico de seres humanos e das crianças desaparecidas:**
Implementar sistemas sólidos para localizar e ajudar as vítimas de tráfico de seres humanos, bem como as crianças e os adolescentes migrantes que desaparecem depois de entrarem na Europa. Este quadro reforça o papel da Europa na luta contra o tráfico, na proteção das pessoas vulneráveis e no apoio à recuperação e reintegração dos sobreviventes.
- **Substituir os campos de migrantes por centros de acolhimento e hospitalidade baseados no respeito e na dignidade:**
Encerrar os campos de migrantes em regime de detenção e criar centros de acolhimento e hospitalidade que satisfaçam as necessidades imediatas dos recém-chegados de uma forma digna. Assegurar a proteção sistemática de todos os refugiados contra a discriminação, a violência, o assédio e os abusos enquanto estiverem ao cuidado da Europa.

Esta política promove um tratamento humano, fomenta a segurança e defende o compromisso da Europa para com a justiça e a compaixão nas suas políticas de migração.

Tradução automática apenas para referência interna

Marginalizados e explorados: A Realidade dos Migrantes na Europa

Quer estejam em situação irregular ou tenham obtido o estatuto de asilo, a igualdade é difícil de alcançar. O emprego e o alojamento são muitas vezes inatingíveis. O trabalho mal pago, repetitivo e muitas vezes manual é geralmente a única opção. O alojamento precário e dispendioso é a única opção.

Os migrantes irregulares são especialmente propensos à exploração, uma vez que vivem na sombra da Europa, a face oculta do nosso sistema económico neoliberal, ocupando empregos sujos, degradantes e perigosos, mas que são uma parte vital de muitos sectores-chave. Muitos desempenham trabalhos pouco ou nada qualificados na agricultura, na construção, na indústria transformadora, na hotelaria e nos serviços de restauração, em funções de mão de obra intensiva e pouco qualificada, com salários baixos e protecções laborais limitadas.

Empregadores sem escrúpulos aproveitam-se das opções limitadas e da falta de protecção legal destes migrantes, pagando salários mais baixos e sujeitando-os a condições de trabalho precárias, abaixo das normas mínimas legais e laborais. O risco constante de detenção e deportação é utilizado como alavanca por estes patrões. Os migrantes não têm qualquer garantia de que serão sequer pagos, sendo comum o roubo de salários e a retenção de pagamentos. A ausência de oportunidades de emprego justas deixa os migrantes vulneráveis à exploração, alimentando uma economia paralela que beneficia os empregadores à custa da dignidade humana. As políticas que restringem o acesso dos migrantes a um trabalho seguro e à igualdade de direitos laborais negam-lhes a oportunidade de participarem plenamente na sociedade e prendem-nos em ciclos de pobreza.

Além disso, estão expostas a um risco acrescido de serem coagidas por organizações criminosas a envolverem-se no tráfico de droga ou no trabalho sexual forçado, ou mesmo a serem escravizadas. Os novos refugiados, que perdem o seu apoio mensal em dinheiro e abrigo para requerentes de asilo, estão também a ser forçados a estas situações de exploração.

Como estes migrantes não estão registados nos sistemas sociais, não podem recorrer aos centros de emprego oficiais. O trabalho é encontrado através do "boca a boca", das redes sociais ou de centros de trabalho diurno.

Os indocumentados não podem receber subsídios, sendo o resultado mais grave a pobreza alimentar, que também está a afetar mais os requerentes de asilo do que os cidadãos. As mulheres, especialmente as mães, vêem as suas necessidades ignoradas. Mais de dois milhões de requerentes de asilo não têm direito aos principais serviços financeiros (como contas bancárias) ou a trabalho legal. A maioria recebe apenas pequenos subsídios para além do alojamento e alimentação básicos.

A sua pobreza cruza-se com condições de vida inadequadas em zonas desfavorecidas e com a deterioração da saúde mental e física, numa altura em que a perda de financiamento da sociedade civil

significou a perda de espaços seguros onde podem encontrar apoio e oportunidades de aprendizagem, socializar e adquirir um sentimento de pertença. Em muitas cidades europeias, os migrantes e os requerentes de asilo são relegados para bairros sobrelotados e com poucos recursos ou para abrigos temporários, onde estão frequentemente isolados da comunidade em geral. Nalguns casos, os migrantes enfrentam políticas de segregação que limitam o seu acesso a habitação de qualidade, marginalizando-os ainda mais e criando condições que podem gerar ressentimento e xenofobia. Esta exclusão não só afecta a sua qualidade de vida como também dificulta a integração, uma vez que uma habitação estável é uma base fundamental para a participação económica e social.

O acesso aos cuidados de saúde e à educação é igualmente restrito, com muitos migrantes a enfrentarem obstáculos burocráticos que limitam ou negam o seu acesso a estes serviços essenciais. Esta exclusão viola os direitos fundamentais e nega aos indivíduos a possibilidade de terem uma vida saudável e produtiva. Sem acesso a cuidados de saúde adequados, os migrantes são mais vulneráveis a doenças e dificuldades, o que afecta não só o seu bem-estar, mas também a saúde pública das comunidades de acolhimento. Os obstáculos à educação limitam ainda mais o potencial dos migrantes e impedem a sua capacidade de contribuir significativamente para a sociedade, afectando também o desenvolvimento e a integração das crianças migrantes.

De um modo geral, os esforços para reduzir as lacunas de protecção dos trabalhadores migrantes em situação irregular enfrentam dois desafios fundamentais. Em primeiro lugar, como e em que medida pode a "lei" ser utilizada para proteger as pessoas que vivem e trabalham "à margem da lei"? Em segundo lugar, como podem os migrantes em situação irregular aceder aos seus direitos fundamentais e exercê-los de forma significativa quando o seu estatuto de residência irregular os torna passíveis de deportação? Estas duas questões, relacionadas com os limites da protecção jurídica e com a tensão entre a promoção dos direitos e as políticas de controlo da imigração, estão no centro dos debates políticos sobre os direitos dos trabalhadores migrantes em situação irregular.

Algumas administrações nacionais, regionais e locais procuram melhorar as condições quotidianas dos migrantes em situação irregular, nomeadamente através de

- Permitir a apresentação de pedidos de indemnização por salários não pagos - embora os pedidos sejam raros, uma vez que os migrantes em situação irregular enfrentam dificuldades em lidar com as autoridades.
- Conceder isenções de prisão e detenção quando se procura emprego, como acontece na Irlanda.
- Regularização dos diplomados das instituições de ensino superior, como acontece na Alemanha, ou dos que pretendem receber formação para colmatar a falta de competências, como acontece em Espanha.

Embora existam muitos outros exemplos, estas abordagens políticas não estão harmonizadas em toda a Europa e são, na sua maioria, concebidas para resolver problemas empresariais ou escassez de mão de obra. Os políticos e os grupos de direita contentam-se em difundir o seu desprezo pelos imigrantes e as suas mensagens racistas. Os meios de comunicação social lançam achas para a fogueira, a verdade já não permite uma discussão e um debate genuínos e os governos são fortemente pressionados a rejeitar os migrantes.

Resposta política: Salvaguarda dos direitos e da dignidade dos migrantes

- **Acabar com as distinções arbitrárias entre tipos de migração**
Eliminar categorias restritivas como "país terceiro seguro" e "primeiro país de asilo" para garantir os direitos fundamentais de todos os migrantes, independentemente do seu estatuto. Isto inclui:
 - **Direitos económicos e sociais plenos:** Conceder a todos os migrantes o direito de trabalhar e de se sindicalizarem sem restrições, o acesso à segurança social e às pensões, vias para a residência permanente e a naturalização, e o acesso à habitação e aos cuidados de saúde, incluindo o aconselhamento sobre traumas e o apoio à saúde mental.
 - **Plenos direitos civis e políticos:** Eliminar todas as barreiras que impedem os migrantes de participar na política eleitoral, assegurando-lhes uma voz nos processos democráticos.
 - **Liberdade de circulação e acesso à justiça:** Garantir a liberdade de circulação na Europa e proporcionar representação jurídica gratuita a todos os migrantes, a fim de assegurar um tratamento justo ao abrigo da lei.
- **Estabelecer um acesso sem restrições às oportunidades de vida e de trabalho**
Assegurar que todos os migrantes tenham um acesso equitativo aos recursos que apoiam o crescimento profissional e pessoal
 - **Acelerar o reconhecimento de credenciais estrangeiras:** Simplificar os processos de reconhecimento de habilitações literárias e profissionais estrangeiras.
 - **Proporcionar formação profissional e cursos de línguas:** Oferecer gratuitamente programas adaptados para facilitar a integração dos migrantes, aumentar a empregabilidade e apoiar o desenvolvimento profissional.
 - **Desenvolver competências interculturais nos sectores público e privado:** Promover locais de trabalho e comunidades inclusivas através do reforço das competências interculturais entre os trabalhadores dos sectores público e privado.

- **Garantir normas europeias para os direitos e a proteção dos trabalhadores migrantes**
Implementar legislação europeia que garanta a todos os trabalhadores migrantes, independentemente do seu estatuto, o direito a salários justos, condições de trabalho seguras e proteção contra a exploração. Criar sistemas acessíveis para denunciar o roubo de salários e os abusos no local de trabalho sem receio de deportação ou detenção, harmonizando as proteções para valorizar as contribuições dos migrantes e apoiar a justiça económica.
- **Alargar o acesso e o apoio financeiro aos migrantes e aos requerentes de asilo**
Exigir que todos os Estados-Membros autorizem os migrantes e os requerentes de asilo a abrir contas bancárias básicas e a aceder a serviços financeiros essenciais. Este acesso proporcionaria estabilidade financeira, ajudaria a prevenir a exploração e promoveria a inclusão na economia formal.
- **Reforçar a igualdade de género nas políticas de migração e de asilo**
Integrar políticas sensíveis ao género em todos os aspectos da migração, assegurando um apoio abrangente às mulheres e às pessoas com diversidade de género:
 - **Reconhecer os fundamentos baseados no género para o estatuto de refugiado:** Incluir a perseguição com base no género como uma base legítima para os pedidos de refúgio.
 - **Disponibilizar instalações e serviços sensíveis às questões de género:** Oferecer instalações sanitárias e de dormida separadas por sexo, mediante pedido, e assegurar entrevistadores e intérpretes do sexo feminino para as mulheres que procuram proteção.
 - **Alargar os serviços de apoio ao trauma e de acolhimento de crianças:** Disponibilizar terapia para traumas a todos os requerentes de asilo, com apoio específico aos sobreviventes de violência baseada no género, e prestar cuidados de qualidade às crianças durante os rastreios e as entrevistas.
 - **Permitir um estatuto jurídico independente:** Permitir que os migrantes peçam asilo ou obtenham um estatuto jurídico independente do seu cônjuge, promovendo a autonomia e a segurança.
- **Garantir cuidados de saúde universais para todos os migrantes**
Assegurar que todos os migrantes tenham acesso a serviços de saúde abrangentes, incluindo cuidados preventivos, apoio à saúde mental e serviços de trauma, eliminando as barreiras administrativas. Este acesso universal promove o bem-estar dos migrantes e reforça a saúde pública nas comunidades de acolhimento.
- **Promover políticas de habitação inclusivas para os migrantes**
Desenvolver programas de habitação que proporcionem aos migrantes uma habitação estável e

de qualidade, integrada em comunidades mais alargadas e não em áreas isoladas ou sobrelotadas. Facilitar o acesso a uma habitação digna promove a coesão social e apoia a integração a longo prazo.

- **Facilitar o reconhecimento mútuo das decisões em matéria de asilo em toda a Europa**
Aprovar legislação que permita o reconhecimento rápido e automático das decisões positivas em matéria de asilo em toda a Europa, permitindo aos migrantes com estatuto protegido deslocarem-se e instalarem-se onde as oportunidades correspondem às suas necessidades. Esta abordagem harmonizada reforça a estabilidade e permite que os migrantes contribuam efetivamente para a sociedade.

Comunidades de acolhimento sob pressão: Responder às necessidades das comunidades locais

Somos testemunhas de que os governos europeus instalam os recém-chegados em regiões de declínio económico, deixando-os numa situação de carência e de destituição de poder. Devido, em parte, ao chamado sistema "Hot Spot", as regiões que sofrem com as medidas de austeridade e as comunidades pobres dos Estados europeus mais ricos suportam o ónus do acolhimento dos migrantes.

Ao agravar as tensões e ao colocar um grupo contra outro, surgem atitudes xenófobas que conduzem a um fluxo constante de apoio a políticas desumanas que procuram construir muros à volta da Europa. O racismo estrutural, historicamente enraizado em todos os níveis de governo, reforça a exclusão e a criminalização. As pessoas são racializadas em diferentes graus e de diferentes formas. A nível local, as fronteiras racializadas tornam-se mais visíveis e prejudicam a coesão da comunidade.

Assim, a austeridade e o controlo da migração conduzem à polarização da sociedade e as forças autoritárias utilizam-na para dividir ainda mais a sociedade e ganhar poder. Isto é perigoso tanto a curto como a longo prazo, uma vez que conduz à violência e mina a democracia.

Por outras palavras, é o desinvestimento a longo prazo no emprego, na educação e nos serviços de saúde pública que é responsável pelos problemas que os recém-chegados e os locais enfrentam nas comunidades de acolhimento - e não a migração.

Damos prioridade à democracia, reconhecendo que é a sociedade civil e a população local que se empenham na luta pelos direitos e na superação das barreiras institucionais à inclusão. Eles estão conscientes dos desafios e das necessidades das suas localidades, sabem o que precisa de ser feito e como fazê-lo. Por conseguinte, as políticas concretas e as medidas implementáveis devem ser geradas através de um processo participativo que também as centre.

No entanto, os migrantes forçados não têm de ser apenas beneficiários de ajuda, são actores políticos em pé de igualdade com os membros da comunidade de acolhimento. Sem a sua participação, nenhuma

análise das necessidades da comunidade, proposta de medidas concretas ou implementação pode ser efectiva ou completa.

Resposta política: Capacitação conjunta das comunidades de acolhimento e dos migrantes

Para restaurar e reforçar as comunidades de acolhimento, propomos o seguinte

- **Revogar o sistema de Dublin e abolir a abordagem dos "pontos quentes":** Substituir o fracassado sistema de Dublin e dismantlar o aparelho de "pontos quentes" por um mecanismo centralizado para a realocação equitativa dos migrantes nas comunidades europeias. Este sistema teria em conta tanto as preferências dos recém-chegados - como os laços familiares, a língua e as ligações culturais - como as capacidades das comunidades de acolhimento. O alinhamento das preferências dos migrantes com as necessidades locais promove uma integração equilibrada, apoia a resiliência da comunidade e reforça a coesão social.
- **Facilitar as cooperativas de trabalhadores locais para os migrantes e as comunidades de acolhimento:** Fornecer formação, recursos e financiamento para apoiar a criação de cooperativas de trabalhadores dirigidas por migrantes e membros das comunidades de acolhimento. Estas cooperativas promoveriam a resiliência económica local, resolveriam a escassez de mão de obra e incentivariam a colaboração intercultural, oferecendo emprego estável e digno e prosperidade partilhada a todos os membros da comunidade.
- **Criar assembleias inclusivas para a tomada de decisões democráticas:** Criar assembleias que incluam todas as partes interessadas - a nível europeu, nacional e local - para permitir uma expressão política organizada tanto para os migrantes como para as comunidades de acolhimento. Estas assembleias, seleccionadas por sorteio, facilitariam a participação de toda a comunidade nas decisões que afectam as suas vidas. Este empenhamento democrático promove a coesão social, cria confiança e aprofunda a integração ao centrar as vozes da comunidade.
- **Apoiar os centros comunitários de intercâmbio cultural e educativo:** Financiar permanentemente centros comunitários nas regiões de acolhimento onde os migrantes e os residentes locais possam participar em actividades culturais, sociais e educativas conjuntas. Estes centros funcionariam como espaços de intercâmbio linguístico, workshops de partilha de competências e apoio mútuo, promovendo a compreensão, reduzindo o isolamento e facilitando uma integração mais fácil através da partilha de experiências e da mediação cultural.
- **Desenvolver programas juvenis para o intercâmbio intercultural e a criação de empatia:** Criar programas especializados que juntem jovens migrantes com colegas locais no ensino primário, secundário e superior, bem como em iniciativas pós-escolares. Estes programas promovem

amizades interculturais, incentivam o intercâmbio cultural e criam empatia, ajudando a cultivar uma próxima geração mais inclusiva, compreensiva e unificada.

- **Substituir os centros de detenção por habitações sociais para viver em comum:** Encerrar os centros de detenção de migrantes e facilitar a deslocalização para habitações socializadas concebidas tanto para os migrantes como para os membros da comunidade com baixos rendimentos. Esta política reduz o sofrimento humano, promove a estabilidade e fomenta a integração através de espaços de vida partilhados, melhorando as ligações sociais no seio da comunidade.
- **Capacitar a sociedade civil e apoiar a economia social solidária:** Reforçar a sociedade civil, fornecendo apoio financeiro, institucional e operacional a iniciativas de solidariedade de base, especialmente nas comunidades que acolhem migrantes forçados. Esta abordagem cria resiliência local, reforça a inclusão e permite projectos orientados para a comunidade que beneficiam todos. Também inspira a sociedade civil europeia a envolver-se em acções descentralizadas que incluem ativamente os recém-chegados, criando vias significativas e localizadas para a integração e o crescimento partilhado.

Tradução automática apenas para referência interna

A Mão Invisível da Oligarquia: Os factores estruturais da migração forçada

Para a grande maioria, a migração para o primeiro mundo é impossível. No entanto, milhares de pessoas "escolhem" um caminho perigoso para chegar às costas europeias, com muitas delas a morrerem de forma evitável durante o percurso. Embora uma variedade de razões possa levar as pessoas a embarcar nesta viagem, o que nos preocupa principalmente são as causas profundas que obrigam as pessoas a arriscar as suas vidas para chegar à Europa.

As elites europeias sempre procuraram a sua própria prosperidade à custa do empobrecimento do Sul Global: a expansão colonial através da desapropriação foi muitas vezes considerada um desporto de Estado, na medida em que os africanos eram escravizados, enviados para todo o mundo para serem trabalhados até à morte, enquanto os seus países de origem eram deixados abertos à conquista.

Com origem na batalha pelo Império, intensificada pela acumulação capitalista e pela globalização, a migração forçada é atualmente uma faceta fundamental do sistema neoliberal. Os migrantes irregulares apoiam toda a cadeia de trabalho global: rebaixados e desumanizados, são vulneráveis, deportáveis, descartáveis, uma fonte dócil e constante de mão de obra barata.

O sistema continua a criar crises climáticas, vulnerabilidade, violência, precariedade e estruturas sociais e governativas fracas. Para os trabalhadores de todo o Sul Global, o neoliberalismo significa dívida, estagnação salarial, aumento do custo de vida e mobilidade descendente. Significa um aprofundamento dramático da desigualdade social e económica, da exclusão política e da invisibilidade cultural. Esta pressão leva à migração forçada para a Europa em busca de melhores meios de subsistência.

Colonialismo, Neo-Colonialismo e Imperialismo: Moldar a paisagem da migração

Durante centenas de anos antes do neoliberalismo, o colonialismo europeu criou deslocamentos e migrações através do genocídio, da escravatura, da conquista e do roubo de terras, da escravatura, da exploração e subjugação do trabalho, da extração capitalista, da mercantilização, da poluição, da opressão, da violência militar e da exploração bélica. Este legado de destruição lançou as bases de grande parte da desigualdade global a que assistimos hoje, em que os custos económicos e ambientais do colonialismo continuam a pesar sobre o Sul Global.

O pós-colonialismo engloba as relações de poder europeias com as suas restantes e antigas possessões, a criação e o domínio de instituições globais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). O neoliberalismo, que surgiu no final do século XX, intensificou a exploração iniciada pelo colonialismo, transformando as estruturas coloniais em novas formas de controlo económico e político global. Atualmente, as políticas comerciais orientadas pelas empresas, os programas de ajustamento

estrutural e a dependência da dívida dão continuidade ao projeto imperialista, empobrecendo o Sul Global, com as antigas colónias ainda presas a sistemas exploradores de dependência económica.

O imperialismo contemporâneo é marcado não só pelo controlo económico exercido pelas empresas multinacionais e pelas instituições financeiras, mas também pelo recurso crescente a sanções coercivas unilaterais (UCS) por parte das potências ocidentais, em especial os EUA e a União Europeia, para impor agendas políticas e económicas. Estas sanções são frequentemente impostas sem autorização legal internacional e são utilizadas como instrumentos de dominação imperial, promovendo a desestabilização económica e social dos países visados. As UCS são utilizadas para enfraquecer governos soberanos, restringir o comércio e impedir o desenvolvimento económico, exacerbando frequentemente a pobreza e a agitação social nos países afectados. São particularmente devastadoras em regiões que já se debatem com os legados do colonialismo, como a África, a América Latina e o Médio Oriente.

Os impactos do colonialismo não se limitaram às esferas económica e política. As culturas, as línguas e os sistemas de conhecimento indígenas foram sistematicamente destruídos ou marginalizados. As políticas de assimilação forçada impostas pelos colonizadores deixaram marcas profundas nas sociedades, afectando tanto as identidades pessoais como as estruturas sociais colectivas. A perda de autonomia em matéria de expressão cultural e de governação continua a afetar muitas das antigas colónias, contribuindo para as lutas em curso pelo renascimento e reconhecimento culturais.

Em África, por exemplo, os antigos colonizadores mantêm o seu domínio através da dependência económica, da dívida climática e da dominação militar. As agressões corporativas e a exploração de recursos continuam a empobrecer e a deslocar muitas comunidades na busca contínua de bauxite, carvão, cobalto, coltan, cobre, diamantes, ouro, ferro, petróleo, urânio e zinco. Estes recursos, extraídos em benefício de empresas multinacionais, conduzem frequentemente à devastação ambiental, deslocando comunidades indígenas e contribuindo para a crise climática.

Os projectos de desenvolvimento do Banco Mundial também deslocam milhões de pessoas; em África, 11 projectos usurparam 700.000 hectares de terra. Além disso, a África é o lar de quase metade de todas as apropriações de terras pelo agronegócio, com o greenwashing a exacerbar esta questão. As apropriações verdes - apropriação de terras para conservação, sequestro de carbono e produção de biocombustíveis - combinam a devastação social e económica da extração de recursos naturais com a violência causada por lutas armadas, conflitos sociais, repressão, intervenções externas, violações dos direitos humanos, perda de cidadania e guerras civis. Deslocam as sociedades indígenas e os agricultores, retiram a terra da propriedade consuetudinária, distorcem os sistemas sociais e corroem o acesso das mulheres à terra comum.

O legado do colonialismo persiste nas práticas neocoloniais actuais, em que as antigas colónias continuam a ser exploradas economicamente através de cadeias de abastecimento controladas por estrangeiros, de acordos comerciais internacionais e do serviço da dívida. Estas práticas contínuas mantêm os desequilíbrios globais de poder, mantendo intacta a riqueza do Norte Global, ao mesmo tempo que

sufocam o desenvolvimento económico do Sul. À medida que a riqueza global continua a ser extraída, estes sistemas reforçam ainda mais as desigualdades criadas durante a era colonial, sustentando a exploração de pessoas e recursos no Sul Global.

O imperialismo moderno também inclui intervenções militares que visam nações soberanas sob o pretexto de esforços "humanitários" ou "democráticos", resultando frequentemente em instabilidade generalizada e perda de vidas. Desde as guerras no Médio Oriente até à militarização das fronteiras em África, as potências ocidentais utilizam a força militar para garantir interesses geopolíticos, controlar recursos e suprimir movimentos de resistência. Estas intervenções conduziram à desestabilização de regiões inteiras, promovendo ciclos de conflito, deslocação e pobreza.

Resposta política: Descolonizar a migração

- **Reconhecer e pedir desculpas pelos crimes de colonização:** Reconhecer e pedir desculpa, de forma completa e transparente, pelos crimes da colonização – incluindo a escravatura, a exploração de recursos, a destruição cultural e a deslocação forçada - através de um processo oficial e vinculativo de pedido de desculpa e reparação. Este processo incluiria a devolução de todos os recursos roubados, artefactos históricos e terras ainda na posse dos europeus. Um mecanismo de reparação, orientado por um órgão justo semelhante à Comissão Europeia de Justiça (EJC) no Green New Deal for Europe (GNDE) do DiEM25, deve envolver o contributo das comunidades afectadas. As reparações devem também estender-se às reparações climáticas, abordando os danos ambientais causados pela extração de recursos da era colonial e pela exploração em curso.
- **Acabar com a utilização de sanções unilaterais e medidas coercivas:** Deixar de impor sanções unilaterais e medidas económicas coercivas aos países do Sul Global. Substituir estas medidas por quadros multilaterais baseados nos direitos humanos e nos princípios democráticos, assegurando que as decisões económicas respeitam a soberania e a autodeterminação nacionais.
- **Criar uma Comissão Global de Justiça Anti-Imperialista:** Criar uma comissão para investigar e desmantelar as estruturas imperialistas - incluindo as corporações multinacionais exploradoras, os acordos comerciais e as instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial. A redução da dependência destas estruturas permite o desenvolvimento sustentável e promove um sistema económico global cooperativo, em vez de explorador.
- **Apoiar a cura intergeracional através de programas culturais e de saúde mental:** Atribuir fundos a programas educativos e de saúde mental que abordem o trauma intergeracional e a deslocação cultural causada pelo colonialismo. Apoiar iniciativas de preservação do património cultural, revitalização da língua e serviços de saúde mental liderados pela comunidade. Estes programas permitem que as comunidades se reconectem com o seu património, promovendo a resiliência cultural e a coesão social.

- **Implementar uma reforma cultural radical para dismantelar as narrativas xenófobas:** Reformar os sistemas educativos e mediáticos na Europa para dar prioridade aos estudos sobre o colonialismo, a descolonização e os contributos das diversas culturas para o desenvolvimento global. Ampliar as vozes não europeias, dismantelar os estereótipos nocivos e promover narrativas inclusivas nas escolas e nos meios de comunicação social. Esta mudança incentiva uma sociedade mais inclusiva e antirracista e dismantela estereótipos de longa data, promovendo valores multiculturais.
- **Assinar e ratificar a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes:** Garantir que a Europa defenda os direitos de todos os trabalhadores migrantes, assinando e ratificando a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, assegurando a proteção e o tratamento justo das comunidades migrantes.
- **Estabelecer um quadro de anulação da dívida para os países do Sul Global:** Desenvolver um quadro de anulação da dívida que elimine as dívidas dos países do Sul Global contraídas em condições de exploração. Para além disso, reembolsar as dívidas anteriormente pagas que cumpram estes critérios. A anulação da dívida alivia a pressão económica, apoia a redução da pobreza e permite que os países invistam na resistência social e ambiental sem o fardo do serviço da dívida.

Tradução automática apenas para referência interna

Práticas comerciais injustas: Exploração económica e migração

No centro das relações comerciais injustas da Europa está a PAC (Política Agrícola Comum) da União Europeia, que penaliza os agricultores do Sul Global e agrava a crise climáticaⁱ. Subsídios maciços geram enormes excedentes, incentivando a agricultura industrial e a criação de animais de alto rendimento. 72% do seu orçamento (30 mil milhões de euros) é gasto em pagamentos diretos aos agricultores, sendo que 80% vai para os 20 maiores produtores.

Enquanto 33% das despesas totais da UE vão para a PAC e os seus pagamentos representam metade do rendimento médio dos agricultores, no Sul Global a UE está a dismantelar os subsídios governamentais e a manter os mercados abertos para o agronegócio através de Acordos de Parceria Económicaⁱⁱ (APE) e outros acordos de comércio livre.

Um objetivo explícito é o aumento das exportações da UE em sectores de grande volume, como a carne e os produtos lácteos: baratos e não regulamentados, estes produtos sobrecarregam os mercados locais e marginalizam os pequenos produtores, conduzindo a uma migração urbana descontrolada e insustentável e a uma explosão do número de pobres urbanos com insegurança alimentar. Os agricultores que restam tornam-se dependentes do agronegócio global, tanto em termos de factores de produção como de compradores, uma vez que não têm acesso direto ao mercado. Com as multinacionais a ditarem os preços e as condições, tornam-se endividados ou obrigados a vender as suas terras a operações mecanizadas de grande escala.

Os APE geradores de pobreza são produzidos em contextos caracterizados por profundos desequilíbrios de poder, táticas de "dividir para reinar" e influência empresarial. Os "parceiros" são impedidos de proteger as indústrias locais e de desenvolver a capacidade de exportar produtos acabados de elevado valor, reforçando a dinâmica colonial e neocolonial que consiste em ignorar as necessidades de subsistência, exportar matérias-primas para alimentar as indústrias europeias e importar de volta produtos transformados. Os APE impõem a liberalização do comércio e o dismantelamento pautal a países que não estão preparados para competir com as empresas europeias.ⁱⁱⁱ Impedem o desenvolvimento sustentável, perturbam os mercados nacionais e as perspectivas de industrialização, reduzem as receitas aduaneiras provenientes dos direitos aduaneiros, estabelecem relações económicas assimétricas e desiguais e dão prioridade aos interesses da UE na luta contra a migração irregular.

Embora operando ao abrigo de acordos diferentes, as relações comerciais da América Latina^{iv} com a UE sempre foram igualmente desiguais: a região também exporta produtos de base e depende fortemente da importação de produtos industriais manufacturados. A UE acede aos recursos naturais^v mas devasta a população local, destrói o habitat, contribui para a crise climática e mantém a dependência. Apoiar a indústria extractiva, onde é comum a violação dos direitos humanos^{vi} e das normas laborais, e a expansão da exploração mineira, que conduz a um aumento dos conflitos entre as populações locais, as empresas

e os governos^{vii}. Há pouca transparência e uma participação limitada da sociedade civil ou da comunidade na elaboração de políticas na UE ou na América Latina - as políticas favoráveis às empresas nunca terão em conta as implicações para o desenvolvimento, os direitos humanos, o ambiente ou a migração.

Resposta política: Acabar com as estruturas de exploração

- **Transformar a Política Agrícola Comum (PAC):** Acabar com os subsídios que favorecem a agricultura industrial em grande escala e conduzem a exportações excedentárias que prejudicam os agricultores do Sul Global. Redirecionar os fundos da PAC para apoiar práticas agroecológicas sustentáveis, de pequena escala, na Europa e no estrangeiro, promovendo a biodiversidade e a resiliência dos sistemas alimentares locais. Esta abordagem reduz a distorção do mercado, alinha as políticas da UE com os objectivos de sustentabilidade e cria condições equitativas para os agricultores do Sul Global.
- **Implementar uma política alimentar comum que apoie os sistemas alimentares do Sul Global:** Integrar uma política alimentar comum que garanta que os acordos comerciais da UE apoiam sistemas alimentares sustentáveis no Sul Global. Limitar as exportações que perturbam os mercados nacionais e apoiar práticas agrícolas resistentes ao clima, salvaguardando a soberania alimentar, promovendo a agricultura sustentável e reforçando os sistemas alimentares locais.
- **Abolir os mecanismos de resolução de litígios entre investidores e Estados (ISDS):** Remover as cláusulas ISDS dos acordos comerciais e substituí-las por sistemas de disputa centrados na comunidade, dando prioridade à justiça ambiental e ao bem-estar público. Isto permite que as comunidades locais desafiem práticas empresariais prejudiciais sem medo de represálias, protegendo a soberania e impedindo o domínio das empresas sobre as políticas locais.
- **Exigir acordos de transferência de tecnologia em sectores-chave:** Exigir acordos de transferência de tecnologia do Norte Global para o Sul Global em áreas como as energias renováveis e os cuidados de saúde, garantindo o acesso a tecnologia avançada sem licenças restritivas. A transferência de tecnologia promove a industrialização sustentável, apoia a inovação local e reduz a dependência das empresas do Norte.
- **Proibir as aquisições de terras por empresas europeias sob o pretexto da conservação:** Proibir as aquisições de terras por corporações europeias no Sul Global, muitas vezes justificadas como "conservação" ou "compensação de carbono". Estabelecer um quadro global para proteger a posse consuetudinária da terra e permitir que as comunidades mantenham a soberania sobre as suas terras, evitando deslocamentos, apoiando a biodiversidade e promovendo a gestão sustentável dos recursos naturais.
- **Promover a autossuficiência económica regional no Sul Global:** Apoiar a autossuficiência económica regional, dando prioridade às indústrias locais, à soberania alimentar e ao comércio

regional em detrimento dos modelos orientados para a exportação. Facilitar acordos regionais que permitam aos países negociar em termos justos, concentrando-se em satisfazer primeiro as necessidades locais. Esta abordagem reduz a dependência do Norte Global, cria resistência contra as flutuações do mercado e promove a solidariedade regional.

- **Criar instituições financeiras regionais soberanas livres das condições do FMI/Banco Mundial:** Criar instituições financeiras regionais no Sul Global que forneçam financiamento para projectos de bem-estar social, infra-estruturas e sustentabilidade, sem as condições de austeridade impostas pelo FMI ou pelo Banco Mundial. A soberania financeira permite que os países procurem o desenvolvimento com base nas necessidades locais, promovendo economias fortes e auto-suficientes.
- **Consagrar o direito das nações do Sul Global ao controlo dos recursos naturais:** Reconhecer e proteger a soberania das nações do Sul Global sobre os seus recursos naturais, proibindo as empresas estrangeiras de explorarem os recursos sem uma compensação justa e sem propriedade local. Nacionalizar sectores críticos e estabelecer mecanismos de partilha de lucros para as comunidades locais, assegurando que os lucros permanecem nas comunidades locais e apoiando o desenvolvimento sustentável.
- **Redefinir as relações comerciais globais:**
 - o Encerrar os paraísos fiscais e aplicar uma tributação justa: Exigir que os lucros sejam tributados onde são gerados, fechando as lacunas fiscais que drenam recursos do Sul Global.
 - o Reescrever o Acordo de Samoa: Rever o Acordo de Samoa para permitir que os parceiros protejam as indústrias locais, exportem produtos acabados e desenvolvam sectores de conhecimento.
 - o Separar o controlo da migração dos acordos comerciais: Excluir as cláusulas de controlo da migração dos acordos económicos, centrando a política comercial nos objectivos económicos e de desenvolvimento e não na dissuasão da migração.
 - o Cessar o financiamento da extração de recursos que desloca as populações: Suspender o financiamento europeu de projectos de extração de recursos naturais que desalojem comunidades, dando prioridade ao desenvolvimento local em detrimento dos interesses empresariais.
 - o Compensar a degradação ambiental: Obrigar as empresas a compensar as comunidades locais pelos danos ambientais causados pelas suas operações, responsabilizando-as pelos impactos nas pessoas e nos ecossistemas.

- o Assegurar a elaboração de políticas comerciais inclusivas: Implementar processos inclusivos e transparentes de desenvolvimento de políticas comerciais que envolvam a sociedade civil e as partes interessadas da comunidade do Sul Global. Esta abordagem alinha as políticas comerciais com os direitos humanos, o desenvolvimento local e a sustentabilidade ambiental, criando confiança e responsabilidade nas relações comerciais globais.

Tradução automática apenas para referência interna

Injustiça climática: Os factores ambientais que provocam a deslocação

A colonização abrangeu os bens comuns atmosféricos: a expansão industrial e o consumo excessivo de energia basearam-se na exploração do capital natural "gratuito". Tudo foi mercantilizado; o carbono armazenado durante milénios nas árvores e no subsolo foi pilhado e os gases com efeito de estufa emitidos. Desesperados por preservar o status quo, os neoliberais afirmam agora que a ciência é a campeã dos negócios, mas a indústria europeia só deixará de emitir CO² quando deixar de ser rentável.

Apesar de atualmente produzir apenas 8% das emissões globais de carbono, as emissões acumuladas da UE desde a Revolução Industrial fazem dela o segundo maior poluidor de todos os tempos, com 22%. Os combustíveis fósseis continuam profundamente enraizados nas suas economias: a maioria dos Estados-Membros são produtores de petróleo e gás, na Polónia o carvão ainda é rei, enquanto na Alemanha é um vício. Em termos globais, a Europa é o terceiro maior emissor de gases com efeito de estufa, sendo a Alemanha o maior consumidor de carvão da UE. Na COP26, a Dinamarca, a França e a Alemanha concordaram em restringir o financiamento público da produção ininterrupta de energia a carvão até 2030; a Polónia renegou o acordo e fixou 2049 como novo objetivo.

Os subsídios da UE para a hulha e a lenhite, o petróleo e o gás assumem muitas formas: pagamentos diretos, benefícios e isenções fiscais, o mercado de capacidade^{viii} e o regime de comércio de licenças de emissão (RCLE). A indústria dos combustíveis fósseis recebeu mais de 123 mil milhões de euros só em 2022 através de subsídios diretos, benefícios fiscais e isenções.

Guiada pela indústria dos combustíveis fósseis, a UE está agora a procurar o gás natural liquefeito (GNL) como ponte para a energia verde, apesar de ser um combustível sujo, com emissões de metano piores do que as do carvão^x e de a transição intensificar o efeito de estufa em 40%.

Apesar da retórica do Pacto Ecológico Europeu (PVE), a UE fez poucos progressos em relação aos objectivos climáticos e energéticos; em vez disso, a intensidade da utilização de energia em termos de gases com efeito de estufa (GEE) aumentou, agravada ainda mais pela criação de animais e pelo cultivo de alimentos para animais. Ao mesmo tempo que tenta reafirmar a sua liderança global, a UE continua a conduzir a crise: culpa o Sul Global pelas consequências das suas próprias actividades económicas em curso e dá um apoio mínimo a uma transição ecológica. Entretanto, em intersecção com outros factores de deslocação e acelerando-os, a migração induzida pelo clima está a acontecer agora. As pessoas estão a fugir de furacões e inundações repentinas, ou de áreas tornadas inabitáveis pela seca ou pela subida do mar.

A Diretiva "Desenvolvimento Sustentável" também exige mais matérias-primas críticas extraídas de África, onde o comércio de todos os materiais energéticos minerais (MEM) está a crescer. A exploração mineira de MRC já está a destruir comunidades, a provocar desflorestação e desertificação, a poluir rios

e a reavivar condições de escravatura. A procura projectada conduzirá a mais abusos laborais e disputas de direitos fundiários, acelerará a devastação ambiental, agravará as perturbações climáticas, importará as emissões de carbono da Europa, reforçará as dependências tecnológicas e forçará a migração.

Apresentadas como soluções baseadas na natureza, as políticas insustentáveis da UE em matéria de biocombustíveis vegetais violam os princípios da justiça social e agravam a crise climática. A procura de biodiesel barato por parte da UE levou à desflorestação de 4 milhões de hectares na Ásia e na América do Sul. Os condutores europeus queimaram 39 milhões de toneladas de biodiesel de palma e soja desde 2010, emitindo 3 vezes mais CO² do que o gasóleo; até 2030, este valor aumentará para 173 milhões de toneladas. O financiamento e os incentivos de mercado criaram uma debandada de dinheiro de governos, investidores e empresas que tem consequências devastadoras para o Sul Global.

A designação do biocombustível como um investimento sustentável conduziu ao desenvolvimento de megaprojectos com elevados custos sociais e ambientais para as pessoas mais pobres e vulneráveis, incluindo litígios sobre os direitos fundiários que provocam migrações.

O comércio de carbono é outra falsa solução do status quo baseada na natureza que gera migração. A ideia é que as emissões geradas algures podem ser "compensadas" retirando-as da atmosfera noutro local, ou armazenando-as no subsolo. Mas a lógica de emissão, compensação e captura do RCLC-UE é uma injustiça climática neocolonial com uma nova roupagem. Permite um maior colapso ecológico, incentivando a desregulamentação, mercantilizando a terra e os recursos florestais, até mesmo o ar que respiramos.

Mesmo não cumprindo os seus compromissos em matéria de financiamento do clima e com o seu modo de vida a custar ao Sul Global, a Europa faz dos países com elevadas emissões, como a Índia, bodes expiatórios e ignora os seus desafios. A sua procura impulsiona a crise: presos ao seu papel de produtores de matérias-primas, muitos países do Sul Global não podem fazer uma transição ecológica sem um desenvolvimento alternativo igualmente lucrativo. Os Estados-Membros da UE, o FMI e o Banco Mundial continuam a financiar projectos de combustíveis fósseis no Sul Global; a UE está a gastar 100 mil milhões de dólares. Depois da China, a Alemanha é o segundo maior investidor em combustíveis fósseis em África, fornecendo 500 milhões de dólares por ano, principalmente no Norte de África e na Nigéria, onde a sua empresa multinacional Siemens está envolvida na produção de gás. A Itália investe 300 milhões de dólares por ano nos países onde a sua empresa petrolífera ENI opera. Depois do Banco Mundial, o segundo e o terceiro maiores doadores multilaterais são o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), que investem um total de 800 milhões de dólares por ano. A Parceria Energética África-UE também dá prioridade aos combustíveis fósseis, duplicando a produção de GNL e as exportações para a UE.

A crise climática está a reforçar e a amplificar as desigualdades. O Sul Global, com as emissões mais baixas, suporta 90% dos custos e 98% das mortes devidas a incêndios, inundações, secas, fome, doenças e deslocamentos. É o mais afetado por secas mais frequentes e intensas, vagas de calor, inundações, subida

do nível do mar e tempestades; os locais mais quentes são os que mais sofrem com o aumento das temperaturas e a variabilidade climática. As pescas e as comunidades costeiras contam-se entre as mais vulneráveis: com o aquecimento e a acidificação dos mares, os ecossistemas marinhos são afectados. Os mais pobres são os que emitem menos, mas sofrem as piores perdas económicas, a escassez de água e a insegurança alimentar - o que impede o desenvolvimento e induz a migração.

Resposta política: Abordar as desigualdades climáticas na migração

O abrangente Green New Deal para a Europa (GNDE) do DiEM25 define 85 intervenções políticas para enfrentar a crise climática, incluindo medidas como:

- **Acabar com o apoio político e os subsídios aos combustíveis fósseis:** Acabar com todos os apoios e subsídios políticos aos combustíveis fósseis e a outras indústrias com emissões de carbono positivas. Implementar medidas para penalizar os investimentos em combustíveis fósseis pelos sectores público e privado, tal como previsto no Green New Deal para a Europa do DiEM25.
- **Expandir o financiamento incondicional do clima e a transferência de tecnologia para o Sul Global:** Fornecer financiamento climático e apoio à transferência de tecnologia para o Sul Global, independentemente da ajuda à mitigação e adaptação. Evitar fazer dos países do Sul Global bodes expiatórios de emissões elevadas e respeitar a sua soberania na determinação do ritmo da sua própria transição.
- **Criar a Agência das Obras Públicas Ecológicas (GPW):** Criar uma agência de investimento público que canalize os recursos da Europa para projectos de transição ecológica em todo o continente, promovendo infra-estruturas sustentáveis, energias renováveis e recuperação ambiental.
- **Associar o financiamento do GPW a normas de contratos públicos sustentáveis:** Exigir que todo o financiamento do GPW cumpra critérios rigorosos de contratação pública que dêem prioridade a materiais ecológicos, energia livre de combustíveis fósseis e construção de riqueza comunitária. Assegurar que o financiamento é emitido apenas a autoridades que se comprometam com os princípios fundamentais da democracia, transparência e sustentabilidade.
- **Reformar as normas prudenciais globais para penalizar os investimentos em combustíveis fósseis:** Intervir na conceção de normas prudenciais globais, como o quadro de Basileia, para introduzir requisitos de capital punitivos para investimentos em projectos e empresas com utilização intensiva de combustíveis fósseis e destruidores do ambiente.
- **Introduzir uma diretiva relativa aos abusos ambientais:** Reconhecer a destruição ambiental como uma ameaça à vida humana e não humana, codificando a responsabilidade civil por

contribuir para os danos climáticos e ambientais. Impor responsabilidade pessoal e punitiva aos que lucram com a poluição, responsabilizando-os pelos danos ambientais.

- **Estabelecer uma Comissão de Justiça Ambiental (EJC):** Criar uma comissão para monitorizar e aplicar os princípios da GNDE, com ênfase na justiça ambiental:
 - **Capacitar o Conselho Consultivo Europeu para investigar questões de justiça ambiental:** Permitir que o Conselho de Justiça Europeu investigue as questões de justiça ambiental e proponha recomendações aos órgãos legislativos na Europa e no resto do mundo.
 - **Abordar a dimensão internacional da justiça ambiental:** Encaminhar o EJC para examinar as questões de justiça ambiental global, incluindo as relações comerciais internacionais e os regulamentos que regem as empresas transnacionais.
 - **Foco na justiça intergeracional:** Assegurar que o Conselho de Justiça Europeu aborda as injustiças do passado, promovendo simultaneamente medidas que garantam um mundo habitável para as gerações futuras.

Para além destas propostas da GNDE, o DiEM25 enfatiza a necessidade de uma transição verde justa financiada pelos mais ricos, começando pelo 1% do topo, que detém quase um terço de toda a riqueza na Europa.

Tradução automática apenas para refer

Cumplicidade no autoritarismo: O apoio da UE aos ditadores

A renovada atenção da UE ao controlo da migração, em especial a partir de África, inclui alianças, ajuda e armamento que permitem aos ditadores expandir o seu poder e profissionalizar o seu aparelho de segurança. Os regimes mais cooperantes são os que mais lucram: regimes autoritários ou totalitários como o Egito^x, a Eritreia^{xi}, a Tunísia, a Etiópia e a Líbia.

Embora os acordos da UE contenham uma cláusula relativa à democracia e aos direitos humanos, na maioria dos casos a UE procura uma cooperação reforçada em matéria de ajuda e comércio com os autocratas^{xii}. Em 2018 e 2019, os regimes não democráticos receberam 84% da ajuda ao desenvolvimento da UE, sem quaisquer condições de governação. As eleições não livres também são ignoradas. Embora as eleições injustas de 2019 na Tailândia tenham solidificado o poder dos militares, desbloquearam as conversações sobre um Acordo de Comércio Livre (ACL). Depois de o governo ter roubado as eleições de 2017 no Quênia, a UE aumentou a ajuda em 4,5 mil milhões de euros. Em 2015, a ajuda à Etiópia aumentou, mesmo depois de o regime ter afirmado que tinha ganho 100% dos lugares nas eleições parlamentares e de ter imposto mais restrições à sociedade civil. O Paquistão, o Bangladesh e o Egito beneficiaram igualmente de carta branca para as suas eleições injustas.

Apesar do código de conduta da UE sobre a venda de armas, os Estados-Membros aumentaram as exportações de equipamento militar para regimes ditatoriais e as vendas de tecnologia de dupla utilização utilizada para a vigilância digital de activistas. Entre outros, venderam ao Azerbaijão, Egito, Etiópia, Cazaquistão, Síria, Líbia e Arábia Saudita.

Agora que a UE se concentra no controlo da migração, quase nenhum ditador é demasiado assassino para ser apoiado, nenhum governo é demasiado atroz para ser enfrentado. As defesas da Europa contra a imigração incluem uma rede de tiranos dispostos a fazer o trabalho sujo, escondidos da responsabilidade pública europeia, mas abertamente em casa, ainda mais fortalecidos pela ajuda, armamento e treino europeus. Ironicamente, as políticas opressivas destes regimes autoritários e corruptos estimulam uma maior migração forçada.

Lucrar com o conflito: O comércio de armas e o seu impacto

O comércio europeu de armas causa destruição e instabilidade generalizadas e provoca deslocações em massa. As pessoas são obrigadas a fugir, por vezes para a Europa, o que leva a militarizar ainda mais as rotas dos migrantes e a fortificar as fronteiras, gerando cada vez mais lucros para a indústria. A realpolitik da exportação de armas envolve preocupações políticas, económicas e industriais: o imperialismo e a supremacia nacionais, a hegemonia regional e global, os empregos e os lucros das empresas são as verdadeiras prioridades, não os direitos fundamentais e muito menos os refugiados e os migrantes.

O apoio à competitividade global da indústria militar e da chamada indústria de segurança é um objetivo da UE. A defesa e o comércio de armas são considerados sectores nacionais estratégicos, essenciais para

o avanço tecnológico e a criação de emprego. Além disso, a UE está a aumentar o seu poder militar e a aprofundar a colaboração em matéria de segurança dura entre os Estados-Membros, incluindo projectos conjuntos de armamento através da Cooperação Estrutural Permanente (PESCO), expandindo a capacidade militar da UE através da Capacidade de Implantação Rápida e acelerando os fundos para armas.

De forma crítica, como ficou demonstrado na prática, as proibições à exportação de armas não são levadas a sério. As armas são vendidas a países em guerra, conduzindo à desestabilização e à deslocação interna - apesar de tanto a Posição Comum Europeia como o Tratado da ONU sobre o Comércio de Armas proibirem as vendas a violadores dos direitos humanos. As guerras têm impactos climáticos significativos - quase o triplo das emissões da aviação civil e da navegação marítima combinadas.

Argumentando que as vendas internas não podem manter um sector robusto, os governos estão profundamente envolvidos na obtenção de contratos de exportação; o forte investimento da indústria significa que lucram quando concedem licenças de exportação. Cumulativamente, a UE é o segundo maior negociante de armas do mundo, com 26% das vendas globais, atrás apenas dos EUA, com 36%, e à frente da Rússia, com 21%. A França, a Alemanha, a Itália, o Reino Unido, a Espanha, a Suécia e os Países Baixos figuram fortemente nas listas de traficantes de armas.

Grande parte deste comércio é mal controlado e muitas vendas passam praticamente sem controlo. A França^{xiii} acredita que a sua autonomia estratégica depende da venda de armas, a indústria^{xiv} alemã é um quase monopólio com agentes infiltrados no governo e nas forças armadas, o sector do armamento^{xv} espanhol é um pilar fundamental da sua economia e exporta para quase todos os países envolvidos em conflitos armados que desrespeitam as normas internacionais em matéria de direitos humanos. A lista de clientes da Itália^{xvi} também está repleta de regimes repressivos.

O comércio de armas, os conflitos e a guerra contra os migrantes são extremamente lucrativos: mesmo após a pandemia, as vendas internacionais estão no auge da Guerra Fria, com a Arábia Saudita^{xvii}, o Egito^{xviii} e o Qatar^{xix} a continuarem a ser os principais clientes. Desde 2015, estes países - juntamente com o Bahrein^{xx} e os Emirados Árabes Unidos^{xxi} - fazem parte de uma coligação contra os Houthis, alinhados com o Irão, no Iémen, numa guerra por procuração entre Riade e Teerão que tem causado fome. Embora a ONU e o Parlamento Europeu tenham apelado à proibição da venda de armas à Arábia Saudita, não existe um embargo da UE.

Cinco dos maiores fabricantes de armas do mundo estão sediados na UE: a transeuropeia Airbus, as francesas Thales e Naval Group, a italiana Leonardo e a alemã Rheinmetall. No seu modelo de negócio, os lucros são obtidos duas vezes: primeiro, com a venda de armas de deslocação em massa e, depois, com a venda de produtos e serviços destinados a impedir a entrada de refugiados na fortaleza Europa. O sector da segurança das fronteiras obtém lucros avultados com o licenciamento e a exportação de armas; prevê-se que este mercado em crescimento valha 58 mil milhões de euros até 2025.

Resposta política: Acabar com a cumplicidade no autoritarismo e na exploração de conflitos

- **Substituir as relações de poder neocoloniais por parcerias equilibradas:** Transformar as actuais práticas comerciais, relações de poder e mecanismos de ajuda ao desenvolvimento em parcerias equilibradas que dêem prioridade à justiça social, ambiental e económica. Alinhar as políticas de comércio e ajuda com os princípios do DiEM25, enfatizando a cooperação justa e a governação ética. O estabelecimento destas parcerias reforça a soberania local, reduz a dependência e dá prioridade à igualdade global em detrimento dos interesses económicos europeus.
- **Proibir totalmente a atividade de lobbying da indústria de armamento:** Proibir a atividade de lobby da indústria de armamento a todos os níveis do governo europeu para eliminar a influência das empresas sobre as exportações de armas, o financiamento da defesa e a política externa. Assegurar que as políticas dão prioridade ao interesse público em detrimento do lucro reduz o impacto da indústria de armamento na tomada de decisões e promove a paz.
- **Defender o Estado de direito e as liberdades civis contra as tecnologias de vigilância:** Proteger os direitos democráticos e as liberdades civis, proibindo o desenvolvimento, a utilização e a exportação de tecnologias de vigilância e de restrição da imprensa. Isto limita o papel da Europa na atribuição de poderes a regimes que suprimem os direitos civis.
- **Negociar uma nova Convenção Internacional para a Eliminação da Indústria da Guerra:** Esforços pioneiros para uma convenção global destinada a eliminar gradualmente o fabrico de armas e a redirecionar os recursos para a ação climática e a sustentabilidade. Este acordo deve incluir prazos claros para acabar com a produção de armas e converter as instalações para utilizações não militares, promovendo uma mudança global em direção à paz e à resiliência ambiental.
- **Implementar um programa de transição justa para os trabalhadores da indústria do armamento:** Desenvolver um programa de transição para requalificar os trabalhadores da indústria de armamento para empregos no sector verde, incluindo em energias renováveis, cuidados de saúde e serviços sociais. O apoio financeiro e de carreira ajudaria os trabalhadores a fazer a transição sem problemas, garantindo a segurança do emprego ao mesmo tempo que se muda para uma economia sustentável orientada para o bem-estar social.
- **Proibir o comércio de armas:** Suspender e subsequentemente proibir o comércio de armamento, peças, cooperação técnica e serviços associados. Isto incluiria, naturalmente, um embargo vinculativo à exportação de armas para países com conflitos actuais, violações dos direitos humanos ou governos autoritários. Estabelecer um organismo independente para controlar o seu cumprimento, impondo sanções rigorosas em caso de infração. Este embargo

impede que as armas europeias alimentem conflitos, protegendo vidas civis e promovendo a paz.

- **Redirecionar o financiamento estatal do fabrico de armas para indústrias pacíficas:** Acabar com o financiamento estatal para o fabrico de armas e redirecionar esses recursos para indústrias ecológicas, cuidados de saúde, educação e projectos de infra-estruturas. Acabar com os subsídios às armas promove a criação de emprego em sectores pacíficos, reduz o envolvimento da UE na proliferação global de armas e fortalece as comunidades.
- **Gerir os conflitos através de uma Organização das Nações Unidas transformada:** Comprometer-se a resolver os conflitos através de uma ONU reformada, transferindo o planeamento e o controlo das missões militares e civis europeias para a ONU. O reforço do papel da ONU apoia uma abordagem multilateral da paz e da estabilidade, reduzindo a dependência da UE de soluções militares.
- **Cultivar uma "Cultura de Paz" na educação, nos meios de comunicação social e na investigação:** Dar prioridade à criação de uma nova "Cultura de Paz" através da educação, do jornalismo e da investigação, desprivilegiando simultaneamente a lógica da segurança militarizada, tal como previsto na CEP e na Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia. O afastamento da militarização promove a segurança humana e a resiliência, abordando os conflitos sem depender de soluções militares. Por outro lado, uma cultura de paz na educação e nos meios de comunicação social ajuda a mudar as normas sociais, preparando as gerações futuras para valorizarem a resolução de conflitos em vez da militarização.
- **Promover o não-alinhamento e retirar-se da NATO:** Reorientar a Europa para longe dos blocos de poder concorrentes e concentrar os recursos políticos na garantia de um Novo Movimento Não Alinhado que centre a paz como base da cooperação internacional. Isto, na prática, significa a retirada da NATO e o desmantelamento das estruturas da NATO na Europa. Sair da NATO e promover o não-alinhamento reduz os envoltimentos militares, apoia a soberania e posiciona a Europa como defensora global da paz e da diplomacia.

Unir-se por uma política de migração justa e digna

As políticas da Europa - enraizadas no neocolonialismo, na exploração económica, na militarização, na injustiça ambiental e nas alianças com regimes opressivos - continuam a forçar milhões de pessoas a fazer viagens perigosas. É tempo de reconhecer esta realidade e de atuar de forma decisiva. Apelamos aos povos e às forças progressistas da Europa e não só para que se unam em prol de uma transformação profunda que transcenda as fronteiras:

- **Confrontar e dismantelar os legados imperialistas:** Reconhecer o papel da Europa na exploração colonial e no neo-colonialismo moderno. Isto significa acabar com as práticas extractivas, os acordos comerciais injustos e as alianças autoritárias que desestabilizam regiões e destroem vidas. Isto inclui reparações para o Sul Global, restaurando recursos, terras e meios de subsistência tomados em nome do império.
- **Comprometer-se com o Não-Alinhamento e a Justiça Global:** A Europa deve romper com as alianças militarizadas e as agendas imperiais, adoptando uma posição de não-alinhamento que dê prioridade à paz, à cooperação e à solidariedade com os povos oprimidos.
- **Construir políticas de solidariedade e não de exclusão:** Passar de fronteiras militarizadas para políticas compassivas que dismantelam os sistemas que criminalizam a migração e apoiam tanto os migrantes como as comunidades de acolhimento num espírito de ajuda mútua. As políticas devem dar prioridade a iniciativas lideradas pela comunidade, ao apoio a cooperativas de trabalhadores e a estruturas que permitam às economias locais prosperar sem exploração.
- **Defender a justiça climática e económica para todos:** Acabar com o papel da Europa na crise climática global, dando prioridade a políticas que respeitem os direitos humanos e elevem as comunidades em detrimento do enriquecimento das empresas. Defender políticas que apoiem a soberania e a autossuficiência do Sul Global, capacitando estas comunidades a prosperar independentemente de práticas comerciais exploradoras.

A Europa encontra-se num momento crítico. Podemos continuar num caminho de divisão ou erguermos-nos juntos para construir um futuro enraizado na libertação, na solidariedade, na justiça e na paz. Que esta seja a nossa missão colectiva: tornar possível um mundo sem fronteiras; dismantelar a exploração que leva à deslocação; e criar uma Europa que encarne a nossa humanidade comum.

O mundo não pode esperar. Envolve-se connosco, seja solidário e faça parte de um movimento transformador em prol da justiça e da humanidade - construindo um mundo onde a dignidade não conhece fronteiras.

Bibliografia selecionada

1. Ackerman, Mark (06-05-2018) "Como a indústria da segurança colhe os frutos do controlo da migração da UE" tni.org

2. ADHRB Admin (25-06-2020) "Parceiros no crime: como a banca italiana e a indústria de armas trabalham em conjunto para perpetuar o conflito no Líbano" adhrb.org
3. Pessoal da ADHRB (08-05-2020) "Despacho sobre as vendas de armas espanholas à região do Golfo" adhrb.org
4. Akpan, Nsikan (26-09-2019) 'Apenas 2 países estão a cumprir os seus compromissos climáticos. Eis como os 10 piores poderiam melhorar" pbs.org
5. Alonso, Ines (23-10-2020) "Política agrícola comum da UE: 4 coisas a saber sobre os subsídios à agricultura" foodunfolded.com
6. Amante, Angelo (07-06-2021) "Itália flexibiliza as restrições à venda de armas à Arábia Saudita e aos EAU" reuters.com
7. ANA-MPA (2019) 'Bilhões gastos em subsídios para combustíveis fósseis na UE e na Grécia, mostra relatório' amna.gr
8. Ankel, Sophia (16-11-2019) "Da Lockheed Martin à Airbus: estes são os 25 maiores fabricantes de armas do mundo" businessinsider.com
9. Armstrong, Martin (11-12-2019) "Os maiores emissores de gases com efeito de estufa da Europa" statistica.com
10. AZOCleanTech (10-05-2021) "Avaliação regional da produção de hidrogénio verde na Europa" azocleantech.com
11. Bassetti, Francesco (29-10-2019) "A cruel ironia da dívida climática" climateforesight.eu
12. Bayoumi, Moustafa (03-02-2022) "Eles são civilizados e parecem-se conosco: a cobertura racista da Ucrânia" theguardian.com
13. Béraud-Sudreau, Lucie (26-03-2020) Exportação de armas francesas: O negócio da soberania iiss.org
14. Besch, Sophia & Beth Oppenheimer (9-10-2019) "Up In Arms: Warring Over Europe's Arms Export Regime" Centro para a Reforma Europeia cre.eu
15. Birnbaum, Michael et al (11-04-2021) "Mais de 20 países na COP26 prometem acabar com o financiamento de projetos internacionais de combustíveis fósseis" washingtonpost.com
16. Boffey, Daniel (2-12-2020) "UE acusada de hipocrisia na crise climática depois de apoiar 32 projetos de gás" theguardian.com
17. Bouazza, Ben Bouazza (26-05-2022) "IOM: Até 600 desaparecidos no mar em 3 meses no Mediterrâneo Central" apnews.com
18. Boyle, Louise (11-04-2021) "Cop26: Compensação de carbono 'uma nova forma de colonialismo', diz líder indígena" independent.co.uk
19. Braun, Stuart (28-07-2020) "5 países mortais para os defensores do ambiente" dw.org
20. Britannica (2022) "Comércio da América do Sul" britannica.com
21. Brooks, Libby (11-12-2021) "Centenas de representantes da sociedade civil mundial abandonam a Cop26 em protesto" theguardian.com
22. Caplan, Bryan e Zach Weinersmith (2019) Open Borders: A ciência e a ética da imigração em Nova Iorque: First Second
23. CIGH Exeter (9-5-2019) "Como Pinochet transformou o Chile num modelo mundialmente admirado de capitalismo autoritário" imperialglobalexeter.com
24. Coggio, Tessa (05-06-2021) "A abordagem da Europa às 'causas profundas' da migração africana tem um historial misto" Migration Policy Institute migrationpolicy.org
25. Diallo, Rokhaya (03-10-2022) "O que a Europa ao abraçar os refugiados ucranianos diz sobre o seu tratamento dos outros" washingtonpost.com
26. DiEM25 (2021) 'Green New Deal For Europe: Blueprint For A Green Transition Edition 2' diem25.org
27. CE (1-1-2021) "Números globais de imigrantes na sociedade europeia" ec.europa.eu
28. SEAE (14-12-2020) "Comunicado conjunto: Reunião ministerial informal UE27 - América Latina e Caraíbas" EEAS Berlim
29. Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (CCRE) (17-12-2021) "Mapa diário da DG ECHO: Chegadas de refugiados e migrantes à Europa em 2021" erccportal.jrc.ec.europa.eu
30. Energy Live News (6-24-2020) "A verdade sobre a hipocrisia verde da Europa: A UE não fez "nenhum progresso" na ação climática nos últimos cinco anos, revela o Eurostat" thegwpf.com
31. Erlanger, Steve e Somini Sengupta (9-8-2021) "A Europa revela um plano para abandonar os combustíveis fósseis, criando potenciais conflitos comerciais" nytimes.com
32. EurActiv (20-05-2021) "Hungria bloqueia acordo de comércio e desenvolvimento África-Pacífico da UE" euractiv.com
33. Euronews (11-3-2019) "Sete países europeus estão no top 10 dos maiores exportadores de armas do mundo" euronews.com
34. Nota informativa do Parlamento Europeu (01-01-2021) "Depois de Cotonu: Rumo a um novo acordo com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico" europarl.europa.eu
35. Eurostat (03-16-21) "Estatísticas de asilo" ec.europa.eu
36. Faiola, Anthony et al (28-02-2022) "De repente acolhedora, a Europa abre a porta aos refugiados que fogem da Ucrânia" washingtonpost.com
37. Fasan, Olu (03-19-2018) 'Relações comerciais UE-África: Porque é que África precisa dos Acordos de Parceria Económica' blogs.lse.ac.uk
38. Ferguson, Juliet (13.07.2020) "O caso de amor da Europa com os combustíveis fósseis" investigate-europe.eu
39. Ferguson, Juliet (10-15-2020) "A armadilha do gás: como a Europa está a investir 100 mil milhões de euros em infraestruturas de combustíveis fósseis" opendemocracy.net
40. Fotiadis, Apostolis e Niamh Ni Bhriain (28.07.2021) "Armas fumegantes: como as exportações europeias de armas estão a forçar milhões de pessoas a abandonar as suas casas" tni.org
41. Fox, Benjamin (16-11-2020) "As tensões fervilham nas relações comerciais UE-África" euractiv.com
42. Francis, Zac (19-4-2021) "A Grã-Bretanha e o Apartheid" anewseducation.com
43. Gabbatis, Josh e Ayesha Tandon (10-04-2021) "Perguntas e respostas aprofundadas: o que é a justiça climática?" carbonbrief.org
44. GIGA (02-2018) "A China está a desafiar, mas (ainda) não está a deslocar a Europa na América Latina" GIGA Focus Lateinamerika1
45. Godfrey, Ken (4-3-2021) "Como a UE pode evitar melhor o financiamento do autoritarismo" carnegieeurope.eu

46. Godfrey, Ken e Richard Youngs (17-9-2019) "Rumo a uma nova estratégia democrática da UE" carnegieeurope.eu
47. Hamer, Martin et al (11-12-2021) "Proposta de mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras da UE e sua relação com o regime europeu de comércio de licenças de emissão" nationallawreview.com
48. Harsha Walia (2021) *Border & Rule: Global Migration, Capitalism and the Rise of Racist Nationalism* Chicago: Haymarket Books
49. Harvey, Fiona et al (13-11-2021) "Cop26 termina em acordo climático apesar de a Índia diluir a resolução sobre o carvão" theguardian.com
50. Hickel, Jason (09-2020) "Quantificação da responsabilidade nacional pela rutura climática: Uma abordagem de atribuição baseada na igualdade para as emissões de dióxido de carbono que excedem o limite planetário" thelancet.com
51. Hieminga, Gerben e Nadege Tillier (28.10.2021) "Preços elevados do gás triplicam o custo da produção de hidrogénio" think.ing.com
52. Holtz, Leo e Chris Heitzig (02-12-2021) "Os efeitos da transição energética global em África: Perturbação e oportunidade" brookings.edu
53. Howden, Daniel (03-10-2022) "A Europa redescobriu a compaixão pelos refugiados - mas só se forem brancos" theguardian.com
54. Investigate Europe (07-2020) "Subsídios sujos: Como a Europa sabota os seus objectivos climáticos" investigate-europe.eu
55. Jakob, Christian e Simone Schlindwein (2019) *Dictators As Gatekeepers For Europe* pressbooks.com
56. Johnston, Matthew (22-08-2019) "Uma breve história dos acordos comerciais internacionais" investopedia
57. Keating, Dave (26-10-2019) "A UE é acusada de subsidiar os combustíveis fósseis através dos mercados de capacidade" forbes.com
58. Knight, Ben (1-3-2019) "Governo alemão é cauteloso quanto à cooperação em matéria de espionagem no Chile de Pinochet" dw.com
59. Kurmayer, Nikolaus (19-10-2021) "Cientistas alertam para o efeito de aquecimento global das fugas de hidrogénio" euractiv.com
60. Lakhani, Nina (16-11-2021) "Uma sentença de morte: Activistas indígenas do clima denunciam acordo Cop26" theguardian.com
61. Langan, Mark (04-04-2019) "Porque é que a Europa precisa urgentemente de repensar os seus acordos comerciais injustos com África" doc-research.org
62. Lazard, Olivia (5-11-2021) "A tão proclamada liderança climática da UE está cheia de lacunas" carnegieeurope.eu
63. Lazare, Sarah (14.09.2020) "Colonizar a atmosfera: Como as nações ricas e ocidentais conduzem a crise climática" inthesetimes.com
64. Ledur, Julia et al (27-02-2022) 'Nearly A Million People Have Left Ukraine, Foreshadowing A Massive Humanitarian Crisis' washingtonpost.com
65. Leotaud, Valentina Ruiz (06-06-2021) "Novo presidente peruano vai lidar com dezenas de conflitos relacionados com a exploração mineira" mining.com
66. Lindsay, Frey (6-8-2019) "A agitação no Sudão levou a UE a suspender fundos para o controlo da migração, mas o processo de Cartum deve terminar de vez" forbes.com
67. Lopez, Alejandro (22.02.2021) "O Governo PSOE-Podemos de Espanha dá aos traficantes de armas milhares de milhões em contratos" wsws.org
68. MacKenzie, Christina (03-10-2020) "Eis o que está por detrás do salto de 72% da França nas exportações de armas" defensenews.com
69. Magassy, Muhammad (18-12-2020) "Hipocrisia ocidental: só um novo acordo verde global pode resolver a crise climática" thecspo.org
70. Mamedov, Eldar (22-12-2020) "A UE deve deixar de ajudar os ditadores do Médio Oriente" responsibletatescraft.org
71. Mandour, Maged (1-8-2021) "Como o Ocidente apoia a ditadura militar do Egito" opendemocracy.net
72. Margaritis, Konstantinos (2012) 'An Outline of the Europe - South Africa Relations During And Post The Apartheid Era' *CES Working Papers Vol. 4, Issue 4*
73. Markit (16-11-2021) "Desafios para as medidas planeadas de imposto sobre as emissões de carbono na UE" seekingalpha.com
74. Martin, Laura (26-04-2021) "Evitar o colonialismo do carbono: As nações em desenvolvimento não podem pagar o preço da poluição" thehill.com
75. Martin, Nik e Ben Knight (27-12-2019) "Exportações de armas alemãs atingem recorde, Hungria é o maior comprador" dw.com
76. MEE e Agências (07-07-2021) "Itália levanta proibição de venda de armas à Arábia Saudita e aos EAU" middleeasteye.net
77. Meza, Edgar (07-03-2020) "A Alemanha subsidia o sector dos combustíveis fósseis com 37,5 mil milhões de euros por ano - relatório dos meios de comunicação social" cleanenergywire.org
78. Michaelson, Ruth (2021) "Prisioneiros políticos do Egito a quem são negados cuidados de saúde e sujeitos a represálias" theguardian.com
79. Miller, Todd et al (25-10-2021) "Muro climático global" tni.org
80. Monbiot, George (14-11-2021) "Depois do fracasso da Cop26, há apenas uma última esperança para a nossa sobrevivência" theguardian.com
81. Montlake, Simon (11-04-2021) "A Europa planeia um imposto sobre as fronteiras do carbono. Será que outros se vão juntar ao clube?" csmonitor.com
82. Morana, Mabel, editor (2021) *Liquid Borders: Migration As Resistance* NY: Routledge
83. Morris, Loveday (23-10-2021) "A Alemanha apresenta-se como um líder climático. Mas continua a arrasar aldeias para construir minas de carvão" washingtonpost.com
84. MSF (2021) 'Nos primeiros sete meses de 2021, até 1.000 pessoas morreram ao tentar atravessar o Mediterrâneo' msf.org
85. Naujokaityte, Goda (04-08-2021) "O futuro do hidrogénio verde está no ar enquanto a UE hesita sobre a estratégia" sciencebusiness.net
86. Neoliberalismo, Colonialismo e Pós-Colonialismo
87. Neslen, Arthur (07-04-2021) "Os objetivos da UE em matéria de biocombustíveis são vistos por detrás de uma área desflorestada tão grande como os Países Baixos" reuters.com
88. Agências de notícias (29-01-2021) "Itália suspende permanentemente a venda de armas à Arábia Saudita e aos EAU" aljazeera.com
89. Oxfam Bélgica/Bélgica (08-03-2021) "O vício da Europa em biocombustíveis está a ameaçar os direitos humanos no Peru" oxfam.org

90. Pannett, Rachel (18-11-2021) 'É aclamado como a energia limpa do futuro. Mas o hidrogénio produz emissões substanciais, mostra estudo" [washingtonpost.com](https://www.washingtonpost.com)
91. Pardikar, Rishika (19.10.2021) "O que significa o financiamento do clima para o Sul Global no período que antecede a COP26" towardfreedom.org
92. Pardikar, Rishika (28-08-2020) "O Norte Global é responsável por 92% do excesso de emissões" eos.org
93. Pelligrino, Adela (2004) 'Migration From Latin America To Europe: Trends And Policy Challenges' IOM Migration Research Series #16 Uruguay: University of the Republic
94. Pinna, Monica (23-07-2021) "As armas europeias estão a alimentar guerras e conflitos em todo o mundo?" euronews.com
95. Comunicado de imprensa (17-09-2020) "Exportações de armas da UE: Necessidade de maior controlo e transparência" europarl.europa.eu
96. Progressive Spain (6-30-2020) "Aumento de 2,870% nas vendas de armas da Espanha aos sauditas num ano" progressivespain.com
97. Puigdemont I Casamajo, C et al (21-05-2021) "Sobre as exportações de armas e a formação militar de Espanha para a Arábia Saudita" Pergunta com pedido de resposta escrita E-002743/2021 à Comissão europarl.europa.eu
98. Rankin, Jennifer (26-05-2022) "A Europa está em silêncio sobre a situação dos detidos na Líbia, diz o chefe da Migração" theguardian.com
99. Rankin, Jennifer (03-02-2022) "Refugiados da Ucrânia recebem o direito de viver na UE durante três anos" theguardian.com
100. Rankin, Jennifer (28-10-2021) "Imposto da UE sobre as fronteiras do carbono pode sabotar os objetivos climáticos, diz grupo de reflexão" theguardian.com
101. Redaction Africa News (2021) 'Burundi: A UE levanta a ajuda e as sanções financeiras" africanews.com
102. Retepacedisarmo (28-04-2021) 'Exportações de armas italianas: Quase 4 mil milhões autorizados em 2020, sendo o Egito o principal comprador" retepacedisarmo.org
103. RFI (02-06-2021) 'As exportações de armas da França caem 41 por cento em 2020, os sauditas continuam a ser os maiores compradores' rfi.fr
104. Rocha Rios, Gabrielle (03-09-2017) 'Explicador: Comércio entre a América Latina e a União Europeia" as-coa.org
105. Schape, Belinda e Domien Vangenechten (11-05-2021) "Compreender a CBAM, a taxa de carbono da UE" chinadialogue.net
106. Seabrook, Victoria (7-16-2021) "Inundações na Europa: Alemanha é acusada de hipocrisia sobre projeto de gás no Ártico após mudança climática culpada por inundações" news.sky.com
107. Standing, Andre (2019) 'A crise climática nas pescas em África: A UE deve acabar com os investimentos em combustíveis fósseis" cffacape.org
108. Stender, Frederik et al (17.06.2021) "Os efeitos comerciais dos acordos de parceria económica entre a UE e os grupos de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico: Early Empirical Insights From Panel Data" [Journal Of Common Market Studies](https://www.journals.cer.eur.nl/journal-of-common-market-studies)
109. Strzyzynska, Weronika (25-03-2022) "Polónia detém activistas acusados de contrabando de migrantes através da fronteira da Bielorrússia" theguardian.com
110. Sydow, Johanna (21-01-2015) "Comércio de matérias-primas entre a UE e a América Latina" Heinrich Boll Stiftung: Bruxelas
111. Tran, Pierre (06-05-2020) "Exportações de armas francesas em 2019" defense.info
112. Transparency International Defence and Security (21-10-2020) 'Defense Industry Influence In Germany: Analisar a influência da indústria da defesa na agenda política alemã" ti-defence.org
113. Transportes e ambiente (07-02-2021) "10 anos de política falhada da UE em matéria de biocombustíveis dizimaram florestas do tamanho dos Países Baixos - estudo" transportenvironment.org
114. TRT World (15-4-2021) "Será que a família de Thomas Sankara vai finalmente obter justiça?" trtworld.com
115. Autor desconhecido (01-01-2021) "Depois de Cotonu: Rumo a um novo acordo com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico" Briefing do Parlamento Europeu europarl.europa.eu
116. Autor desconhecido (12-03-2020) "Perguntas e respostas: Chegar a um acordo político a nível dos negociadores principais sobre o novo Acordo de Parceria da UE com os membros da OACPS" ec.europa.eu
117. Autor desconhecido (1989) "Chapter 11: The Role And Responsibilities Of The European Community" oxfamilibrary.openrepository.com
118. Autor desconhecido (sem data) "EU-ACP EPAs" bilaterals.org
119. Urbina, Ian (12-06-2021) "A migração climática vai agravar a brutalidade no Mediterrâneo" aljazeera.com
120. Usman, Zainab et al (18-10-2021) "O que significa o Pacto Ecológico Europeu para África?" carnegieendowment.org
121. Uzelac, Ana (06-2019) 'Agendas Incoerentes: As políticas de migração da União Europeia ameaçam a integração regional na África Ocidental? Clingendael Policy Brief.clingendael.org
122. Varoufakis, Yanis (11-10-2021) "A COP26 está condenada e a culpa é da promessa vazia do 'Net Zero'" theguardian.com
123. Verwoerd, Alissa e Tess Marteiijn (23-05-2021) "Verdade: 80 por cento do dinheiro europeu para a agricultura vai para os 20 por cento maiores agricultores" eufactcheck.eu
124. Wagner, Fabian (23-10-2018) "A UE está tão confortável como a China com os bandidos e ditadores africanos" eurActiv.com
125. Walia, Harsha (2021) Border & Rule: Global Migration, Capitalism And The Rise Of Racist Nationalism Chicago: Haymarket Books
126. Wezeman, Pieter et al (03-2021) "Tendências nas transferências internacionais de armas, 2020" Ficha informativa do SIPRI sipri.org

Notas finais

i A PAC contribui para a injeção de óleo de palma no leite em pó, para exportações que prejudicam a produção local e desestabilizam economias frágeis, e para a expansão do modelo de soja ecologicamente destrutivo na América Latina - a Argentina, o Brasil, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai representam 50,6% da produção mundial.

ii A Parceria ACP-UE de 2000, também conhecida como Acordo de Parceria de Cotonu, abrange o comércio com 79 antigas colônias em África, nas Caraíbas e no Pacífico. Estabelece o quadro para a negociação de acordos de comércio livre autónomos, compatíveis com a OMC e orientados para o desenvolvimento, conhecidos como Acordos de Parceria Económica (APE), que se encontram atualmente em diferentes fases do processo de ratificação e aplicação. Apesar de dever vigorar apenas até 2020, o acordo pós-Cotonu está atualmente no limbo, à espera de aprovação. Os APE continuam sob a sua governação, mas muitos países africanos continuam relutantes em permitir qualquer referência aos mesmos.

iii Os APE da ESA (África Oriental e Austral) e da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) provocaram uma diminuição de 51,2% e 32,3% das exportações de produtos manufacturados para a UE. Registou-se um aumento global das exportações da UE para os membros do APE SADC e um aumento das exportações agrícolas para a SADC, a ESA e o Pacífico.

iv Existe uma complexa rede de acordos de associação e de comércio entre a UE e a CELAC que se divide em quatro categorias: blocos comerciais (Mercosul e CARIFORUM), acordos regionais multipartidários (América Central e Andes), acordos de comércio livre (ACL) com países individuais (Chile e México) e um Acordo de Parceria Económica (APE) com as Caraíbas. Estes acordos têm um significado geopolítico e estratégico e são cada vez mais dinâmicos. Tal como os APE de Cotonu, os acordos encontram-se em várias fases de negociação e de aplicação, enquanto o comércio prossegue.

v Os governos da América Latina, tanto de esquerda como de direita, baseiam os seus planos de desenvolvimento na extração de recursos, acreditando que isso irá gerar prosperidade económica. 13 países latino-americanos estão entre os 15 maiores fornecedores de recursos minerais do mundo. No entanto, à medida que as fronteiras mineiras se expandem, os ecossistemas vulneráveis são postos em perigo e a legislação favorável aos investidores enfraquece as normas ambientais.

vi O Peru emprega agora as forças armadas para esmagar os protestos sociais e o uso de armas contra activistas não é punido. À medida que o Equador aumenta as operações mineiras, restringe o envolvimento das ONG em questões políticas. As ONG que exigem direitos indígenas são encerradas e os defensores do ambiente são frequentemente criminalizados, tratados como terroristas ou mesmo assassinados. Pelo menos 144 pessoas foram mortas em 2019 na América Latina, com a Colômbia em primeiro lugar, com 64 assassinatos. Dos 24 assassinatos no Brasil, 90% ocorreram na Amazônia. 18 pessoas foram mortas no México e 14 nas Honduras.

vii Só no Peru, existem mais de 100 conflitos relacionados com a exploração mineira no domínio da água e da utilização dos solos. Em muitos locais, a poluição da água e do solo levou à contaminação por chumbo e arsénico das pessoas que vivem perto das minas. Além disso, o acesso à água é muitas vezes um privilégio concedido às empresas em detrimento das comunidades locais, que se vêem então impossibilitadas de continuar a atividade agrícola. A poluição causada pelo transporte de concentrado das minas é outra questão importante.

Viii Os mercados de capacidade asseguram o aprovisionamento através da garantia de compromissos para a produção futura de eletricidade. São um leilão de contratos públicos e são utilizados como uma brecha para continuar a subsidiar carvão, o petróleo e o gás. 98% dos contratos vão para combustíveis fósseis e energia nuclear, 66% apenas para centrais a carvão. A Bélgica, a Croácia, a Dinamarca, a França, a Alemanha, a Irlanda, a Itália, a Polónia, a Espanha e a Suécia têm ou estão a planear um mercado de capacidade. Portugal desmantelou o seu mercado de capacidade depois de se ter apercebido de que a energia excedentária já era produzida e não precisava de ser subsidiada. De acordo com a CE, toda a UE tem excesso de capacidade. Estes mercados também favorecem os lucros da indústria dos combustíveis fósseis, apoiando a conversão do carvão para o gás em vez das energias renováveis, vinculando os governos a contratos longos e inflexíveis e excluindo as tecnologias inovadoras. Na Polónia, 80% dos contratos de capacidade foram atribuídos a centrais eléctricas a carvão ineficientes, o que lhes permite receber subsídios públicos até ao final da década de 2030; receberão 14 mil milhões de euros só entre 2016 e 2030.

ix Desde 2010, a indústria dos combustíveis fósseis gastou mais de 250 milhões de euros em lobistas, acesso e influência. A negação das alterações climáticas foi substituída pelo enfraquecimento e sabotagem da legislação. Como emite menos carbono do que o petróleo ou o carvão, o GNL é agora apresentado como uma ponte para a energia verde. Mas é um combustível sujo, com emissões de metano piores do que as do carvão: em 20 anos, é 80 vezes mais eficaz a reter o calor na atmosfera.

X No Egipto, dezenas de milhares de pessoas, incluindo jornalistas, dissidentes e membros da comunidade LGBTQIA, são vítimas de brutalidade policial, torturadas em prisões militares, desaparecidas à força e executadas extrajudicialmente, ou condenadas coletivamente à morte em julgamentos colectivos. Outras vozes críticas são silenciadas com ameaças, restrições de viagem e confiscos. Apesar disso, o ditador militar egípcio Abdel Fattah el-Sisi recebeu a *Legião de Honra* em 2020. A França é o principal fornecedor de armas do Egipto e um financiador crucial: as suas armas são utilizadas para reprimir a dissidência e as exportações não estão sujeitas a condições em matéria de direitos humanos. A Grécia, sob os governos do Syriza e da Nova Democracia, também tem agido como defensora do Egipto. Em 2018, foi anunciado um empréstimo desvinculado da UE no valor de 500 milhões de euros.

Xi Embora a Comissão Europeia planeie "retirar o seu compromisso", aprovou 120 milhões de euros para projectos de luta contra a imigração na Eritreia desde 2020, incluindo 20 milhões de euros para um projeto de construção de estradas de trabalho forçado. Sob o cruel regime do Presidente Isaias Afewerki, os jovens temem o serviço militar para toda a vida, os habitantes são vigiados, as pessoas que tentam fugir são abatidas na fronteira e as famílias são ameaçadas de prisão para extorquir "impostos" aos cidadãos que vivem no estrangeiro. Pagando menos de 30 euros por mês, os soldados prestam serviço em Tigray, ao longo da fronteira com a Etiópia, ou fornecem mão de obra para a construção de estradas, em pedreiras ou em mega-projectos como barragens hidroeléctricas. Afewerki controla um enorme aparelho de segurança e de serviços secretos com alcance mundial, que utiliza para manter a população num estado de medo permanente.

Xii Na última década, a UE concedeu apoio orçamental a países que violam os direitos humanos, como o Egipto, o Laos, Marrocos, Myanmar, o Ruanda, o Tajiquistão, o Uzbequistão, o Uganda e o Vietname. Continua a oferecer financiamento a países que estão a tornar-se mais autocráticos - como o Bangladesh, o Burkina Faso, o Mali e a Sérvia. Em 2021, a UE cancelou as sanções financeiras impostas ao governo do Burundi e retomou a ajuda, e a França renovou a cooperação financeira, apesar da má situação dos direitos humanos no país. A França também aumentou o seu apoio financeiro e militar antiterrorista ao presidente autocrático do Chade, Idriss Déby, até à sua morte em 2021.

Xiii A França acredita que a sua autonomia estratégica depende da venda de armas: para se manter independente, tem de ter a sua própria capacidade de fabrico de armas. Os seus líderes políticos e militares afirmam que, sem exportações, as forças armadas francesas não podem comprar o armamento mais recente. Opõem-se terminantemente a depender dos Estados Unidos para as necessidades de defesa, até porque as compras exigiriam uma autorização do Congresso. Existe uma vasta burocracia para promover a exportação de armas, preservando assim o seu próprio âmbito e influência. Para manter a sua posição, a França está agora a tentar criar um grande fundo europeu de defesa, novos instrumentos financeiros europeus para a aquisição de armas, uma regulamentação do mercado interno contra a dependência externa e restrições à exportação mais flexíveis.

Xiv As empresas alemãs fundiram-se e tornaram-se quase monopolistas. A concorrência é limitada e 30% dos contratos são adjudicados através de processos de concurso único; para proteger tecnologias-chave, os contratos estatais são adjudicados por ajuste direto. A função pública carece de pessoal e de conhecimentos especializados para avaliar as propostas, pelo que recorre a consultorias e institutos de investigação da indústria da defesa; depende dos fornecedores para conceber os documentos do concurso e avaliar os produtos. Em 2018 e 2019, menos de 1% dos pedidos de exportação de armas foram

recusados: 88 em 11 000 em 2018 e 56 em 9 900 em 2019. Os funcionários da indústria estão integrados nas forças armadas e uma porta giratória mantém os consultores a circular entre os sectores público e privado. Entretanto, a indústria financia e dirige grupos de reflexão e associações comerciais, nomeando os seus altos funcionários para os respectivos comités de direção. A Lei dos Deputados permite que os deputados aceitem trabalhos paralelos lucrativos, as regras são pouco rigorosas e as sanções por conflito de interesses inadequadas. As contribuições da indústria para as campanhas eleitorais são ilimitadas e o apoio a eventos e conferências partidárias é permitido. O secretismo do Governo Federal sobre o desenvolvimento e o planeamento da estratégia de segurança e de defesa impede a participação do público e um escrutínio significativo, conferindo ainda mais poderes aos lobistas e aos defensores da causa. O Parlamento é envolvido logo na fase inicial de planeamento e mais tarde, após a tomada de decisões importantes.

XV Com 1% do PIB, a indústria de armamento de Espanha é um pilar fundamental da sua economia. A Espanha exporta armas para quase todos os países envolvidos em conflitos armados que desrespeitam as normas internacionais em matéria de direitos humanos: Barém, Egito, Israel, Líbia, Paquistão, Arábia Saudita, Somália, Sudão do Sul, Turquia e Emirados Árabes Unidos. Marrocos é também um cliente, tendo comprado 3,9 milhões de euros em munições e engenhos explosivos. A Espanha é agora também um dos principais exportadores de equipamento policial e anti-motim para regimes que enfrentam uma oposição social maciça à austeridade, ao militarismo e à negligência maligna face à Covid-19. Em 2020, esses produtos renderam 719.026 euros, 931% a mais do que em 2019. O 10th país mais pobre do mundo, o Togo, comprou 80% com um contrato de 575.685 euros. O presidente Faure Gnassingbe, um governante dinástico, precisa do novo equipamento para enfrentar greves e protestos contra o seu governo. A Tunísia foi o segundo maior cliente deste equipamento.

XVI A lista de clientes da Itália inclui também o Barém, o Turquemenistão, a Somália, o Sudão do Sul e os Emirados Árabes Unidos. Globalmente, 56,1% das licenças de exportação são emitidas a países terceiros que, desde há cinco anos, são os principais clientes da Itália.

XVII A Arábia Saudita foi o maior cliente da França em 2020 e 2021 (704 milhões de euros e 703 milhões de euros). A Espanha ganhou 1,7 mil milhões de euros com a coligação liderada pela Arábia Saudita desde 2015. Em 2021, a Arábia Saudita foi o seu quinto maior comprador, com 54,3 milhões de euros, e, sem aprovação parlamentar, contratantes privados que treinavam soldados sauditas estavam a utilizar instalações do exército. Em 2020, emitiu 26 licenças de exportação no valor de 215 milhões de euros. Em 2019, concedeu 22 licenças de exportação e as vendas dispararam para 392,78 milhões de euros, um aumento de 2870% em relação a 2018. 97% destes contratos são com as Forças Armadas Sauditas. A Navantia está também a construir cinco corvetas no valor de 1,8 mil milhões de euros para a Marinha saudita. As licenças italianas da Arábia Saudita valem 144,4 milhões de euros, mas 50% das exportações italianas destinam-se à sua coligação e valem 3 mil milhões de euros por ano. A Itália suspendeu a venda de milhares de mísseis à Arábia Saudita em janeiro de 2021. No entanto, as restrições à exportação de 2019 foram levantadas para aliviar as tensões diplomáticas e garantir o acesso contínuo à base aérea de al Minhad e aos contratos civis. Apesar do embargo de armas da Alemanha, este país continua a fornecer componentes para projectos transeuropeus, o que permite ao fabricante de mísseis MBDA fornecer armas à força aérea saudita.

XVIII Em 2021, o Egito comprou 30 caças Rafale (no valor de 40 mil milhões de euros) à França. O Egito é o segundo maior cliente da Alemanha e, o principal cliente da Itália, com licenças no valor de 991,2 milhões de euros e um novo acordo de armamento que inclui fragatas, Eurofighter Typhoons e um satélite militar.

XIX As licenças italianas do Qatar estão avaliadas em 212 milhões de euros.

XX Em 2019, a Espanha autorizou 14 520 euros em licenças de exportação para o Barém e 812 181 euros em 2018. O Barém tem cometido graves violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário no lémen utilizando armas espanholas.

XXI A Espanha continua a ser o quinto maior fornecedor dos EAU. As suas exportações em 2021 ascenderam a 8,2 milhões de euros. Em 2019, a Espanha vendeu-lhe 94 milhões de euros de armamento utilizado no lémen, apesar de as tropas dos EAU terem perpetrado graves violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, como desaparecimentos forçados e tortura, utilizando armas espanholas. A Itália suspendeu a venda de milhares de mísseis aos EAU em janeiro de 2021.